RELATÓRIO E CONTAS 2021

Departamento de Jogos
da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

JOGOS SANTACASA

ÍNDICE

Mensagem do Provedor 5

Capítulo 1 - O nosso ano em números 7

O NOSSO ANO EM NÚMEROS 9

Capítulo 2 - Quem Somos 11

2.1 História e Missão 12
2.2 Valores e Visão 13
13
2.3 Cronologia 14
2.4 Partes Interessadas 16

Capítulo 3 - Os Nossos Jogos 19

Capítulo 4 - Onde estamos 23

4.1. Rede Física 24
4.2. Digital 26

Capítulo 5 - Compromissos e Responsabilidades 31

5.1. Responsabilidade na Oferta de Jogo 32
5.1.1. Jogo Responsável 32
5.1.2. Segurança e Risco 36
5.1.3. Salvaguarda do Património das Famílias 37
5.2. Nós e a Sociedade 39
5.2.1. Retorno à Sociedade 39
5.2.1.1. Coesão Social 39
5.2.1.2. Prémios 44
5.2.2. Parcerias com impacto 45
5.2.2.1. O Desporto num ano marcado pela incerteza 45
5.2.2.2. O nosso apoio à educação 53
5.2.2.3. Proximidade 54
5.2.3. Reconhecimentos 55
5.2.4. Como Comunicamos 57
5.3 Inovação e Modernização 64

Capítulo 6 - Resultados 67

6.1 Rendimentos 68
6.2 Gastos 73
6.3 Resultados 75

Capítulo 7 - Demonstrações Financeiras 79

Balanço 81
Demonstração dos resultados por naturezas 82
Demonstração das alterações no capital próprio 83
Demonstração dos fluxos de caixa 84
Anexo 85
1. Introdução 85
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 86
3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória 87
4. Principais políticas contabilísticas 87

5. Fluxos de caixa 101
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 102
7. Ativos fixos tangíveis 103
8. Ativos intangíveis 104
9. Participações financeiras - outros métodos 104
10. Outros investimentos financeiros 105
11. Inventários 108
12. Mediadores 108
13. Estado e outros entes públicos 109
14. Outros créditos a receber 109
15. Diferimentos – gastos a reconhecer 111
16. Fundo social 112
17. Outras variações no capital próprio 112
18. Resultados 113
19. Provisões 115
20. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros 115
21. Prémios a pagar 117
22. Fornecedores 118
23. Outras dívidas a pagar 119
24. Diferimentos – rendimentos a reconhecer 121
25. Rédito 121
26. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 123
27. Fornecimentos e serviços externos 123
28. Gastos com o pessoal 124
29. Outros rendimentos 124
30. Outros gastos 125
31. Juros e rendimentos similares obtidos 125
32. Juros e gastos similares suportados 125
33. Compromissos 126
34. Matérias ambientais 126
35. Partes relacionadas 126

Mensagem do Provedor

É nos momentos de maior adversidade que se afirma o real impacto das instituições na sociedade e o ano de 2021 comprovou o papel crucial dos Jogos Sociais na sociedade portuguesa.

Após o ano de 2020 e quando se esperava, e até se ansiava, por uma forte recuperação voltaram a sentir-se os efeitos da pandemia junto das populações e também na economia.

O resultado de anos de crescimento sustentado dos Jogos Sociais traduziu-se na robustez necessária para enfrentar estes desafios e permitiu ao Departamento de Jogos contribuir ativamente através do retorno à sociedade das receitas da venda dos Jogos Sociais.

Foram distribuídos 816 milhões de euros ao Estado para intervenção em áreas tão diversas como a segurança social, a saúde, a cidadania e igualdade, a cultura, a proteção civil, o desporto e em particular o desporto escolar.

O retorno às economias locais no território nacional, através da remuneração paga aos quase 5 mil estabelecimentos da rede de mediadores, foi de 219 milhões de euros, montante este que conjuntamente com medidas de apoio implementadas pelo Departamento de Jogos neste contexto de crise e com a notável resiliência destes mediadores assegurou a sua subsistência e a manutenção de cerca de 16 mil postos de trabalho.

No ano em que foram retomados os grandes eventos desportivos, os patrocínios atribuídos pelo Departamento de Jogos a federações e atletas permitiram apoiar o desporto nacional e o talento desportivo no alcance de excelentes resultados, sublinhando-se a prestação olímpica de Portugal, ao mesmo tempo que foram determinantes no combate à exclusão e à discriminação, promovendo assim uma sociedade mais igualitária e justa.

No conjunto, já incluindo a atribuição e pagamento de um total de 194 milhões de prémios, o retorno à sociedade perfaz 96,9% das vendas dos Jogos Sociais. São 2,8 mil milhões de euros que materializam sinais de esperança e confiança.

Ao longo do ano de 2021 e como fator de promoção da sustentabilidade, foi dada continuidade ao investimento em projetos que incidiram sobre a rede de mediadores, através da sua revitalização e modernização, sobre as infraestruturas tecnológicas e as plataformas de jogo, tornando-as mais robustas e eficazes e sobre os processos, com vista à sua desmaterialização, simplificação e eficiência.

Ultrapassado mais um ano de adversidade e com renovada confiança no futuro, reiteramos o nosso compromisso de consolidar o papel dos Jogos Sociais como principal financiador de Boas Causas, como promotor da coesão social e impulsionador da recuperação económica e como esteio dos sonhos de tantos portugueses.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

(Edmundo Martinho)

Capítulo 1

O nosso ano em números

O NOSSO ANO EM NÚMEROS

VENDAS BRUTAS
2.900 milhões de euros

BOAS CAUSAS
654 milhões de euros

BOAS CAUSAS POR DIA
(Média)
2 milhões de euros

96,9%
RETORNO À SOCIEDADE

PRÉMIOS ATRIBUÍDOS
1.795 milhões de euros

5 milhões de euros
PRÉMIOS ATRIBUIDOS POR DIA (Média)

Nº PRÉMIOS PAGOS
194 milhões

60
NOVOS MILIONÁRIOS
(PRÉMIOS ≥ 1M €)

PONTOS DE VENDA
4.808

APOSTAS REGISTADAS
1.472 milhões

2,60€
VALOR MÉDIO POR REGISTO DE APOSTAS

EFICIÊNCIA DE EXPLORAÇÃO
(Gastos/Vendas Brutas)
3,4%

DOWNLOADS APP JSC E APP PLACARD
971 mil

Nº UTILIZADORES REGISTADOS (Site e APP JSC)
832 mil

317
COLABORADORES

Capítulo 2

Quem Somos

2.1 História e Missão

Uma Carta Régia, datada de 8 de novembro de 1783 e assinada por D. Maria I, principia a História secular dos jogos sociais do Estado em Portugal.

Contudo, outra data ainda mais relevante esteve na origem da nossa história, que não começou apenas com a Lotaria Nacional: 1498, ano em que, por iniciativa de outra rainha - D. Leonor -, é criada a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Orientada pelas suas 14 obras espirituais e corporais de misericórdia, há mais de 520 anos que a instituição zela por aqueles que mais necessitam, norteando o seu trabalho pelas Boas Causas e assumindo em permanência a extensão da sua missão original, com uma intervenção na sociedade cada vez mais ampla e adequada aos tempos que vivemos.

Graças à sua conceituada reputação e reconhecida Obra Social, a Misericórdia de Lisboa viu-lhe ser atribuída a responsabilidade de explorar o primeiro jogo social do Estado português: uma lotaria. Criada com o propósito de gerar receitas para o Hospital Real, para a Casa dos Expostos e para a Academia Real das Ciências, a Lotaria Nacional viria a transformar-se na pedra basilar da exploração dos jogos sociais do Estado. A relação de confiança entre o Estado português e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) mantém-se até hoje, com a exploração dos jogos sociais do Estado, em regime de exclusividade, para o território nacional. É com o objetivo de explorar os jogos sociais, em nome e por conta do Estado, bem como proceder à distribuição dos respetivos resultados de exploração aos beneficiários previstos na lei que trabalhamos no Departamento de Jogos.

Mantemos um orçamento e contas próprias (anexos ao orçamento e contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa) e, desde 2004, somos reconhecidos através de uma marca comercial representativa de todos os jogos sociais: Jogos Santa Casa.

Prosseguimos, diariamente, a Missão que nos foi confiada, garantindo o cumprimento da política nacional de jogos definida, contribuindo para o entretenimento dos apostadores e criando valor, que devolvemos à sociedade através do financiamento de despesas de natureza social. Através dos prémios atribuídos aos apostadores e da distribuição dos nossos resultados a um vasto conjunto de beneficiários (com atuações em áreas tão fundamentais como a ação social, a saúde, o desporto ou a cultura), entre outras formas de redistribuição, garantimos o retorno à sociedade do dinheiro que é investido nos nossos jogos.

2.2 Valores e Visão

O nosso papel de relevo na sociedade não se prende, no entanto, apenas com a redistribuição das verbas aplicadas em jogo. Através de uma rede de proximidade, disponibilizamos aos apostadores de todo o país uma oferta moderada e atrativa de jogos e prevenimos o chamado "jogo problemático".

Com valores de apostas relativamente baixos, mecânicas simples e diversos níveis de prémios, a gestão dos nossos produtos tem, obrigatoriamente, em conta **uma Política de Jogo Responsável,** que visa garantir escolhas informadas e apostas seguras aos nossos apostadores, proporcionando-lhes assim uma atividade lúdica e divertida.

E é com o empenho e compromisso daqueles que trabalham, ininterruptamente, nesta nossa missão e que demonstram uma vontade constante de inovar, estudar e antecipar os desafios que surgem com maior frequência num mercado em permanente evolução, que assim nos mantemos na vanguarda. Representamos uma marca que simboliza a aspiração e a sorte de todos os que, por entretenimento, escolhem apostar nos nossos jogos em busca da concretização dos seus sonhos e que, simultaneamente, apoiam de forma decisiva as Boas Causas que nos regem há séculos. Somos e queremos continuar a ser o que sempre fomos: uma boa aposta!

2.3 Cronologia

- 1783: Nasce a Lotaria Nacional.
- 1784: Realiza-se a primeira extração da Lotaria Nacional.
- 1961: É lançado o primeiro jogo de apostas mútuas desportivas do país: o Totobola.
- 1984: É inaugurado o Edifício Totobola, na rua das Taipas, em Lisboa.
- 1985: Nasce o Totoloto.
- 1987: Realiza-se a primeira extração da Lotaria Popular.
- 1991: É criado o Departamento de Jogos para gerir, em nome do Estado, os jogos "cometidos à Misericórdia de Lisboa".
- 1994: É lançado o Joker, jogo adicional associado ao Totoloto e ao Totobola.
- 1995: Surge a Lotaria Instantânea, que ficaria, mais tarde, conhecida por "Raspadinha".
- 1997: É lançado um segundo sorteio do Totoloto.
- 2001: É introduzido um sistema de apostas em tempo real na rede de mediadores e é inaugurado o Contact Center.
- 2004: Nascem os "Jogos Santa Casa", a marca e identidade comercial do Departamento de Jogos. É ainda o ano do primeiro sorteio do Euromilhões e do lançamento do novo canal de apostas: Portal Jogos Santa Casa (www.jogossantacasa.pt).
- 2010: É criada a marca comercial Raspadinha.
- 2011: O Totoloto sofre alterações, sendo introduzida uma nova categoria de prémios (Número da Sorte). É também introduzido um segundo sorteio semanal no Euromilhões.
- 2013: A Raspadinha é disponibilizada no Portal Jogos Santa Casa.
- 2015: Mudança de sede do Departamento de Jogos para a Avenida da Liberdade, em Lisboa. É lançado o PLACARD, o primeiro jogo de apostas desportivas à cota, na rede de mediadores.
- 2016: Lançamento do M1LHÃO e da APP Jogos Santa Casa.
- 2017: O Joker é suspenso e o Totobola é alvo de remodelações. A Raspadinha passa a integrar a APP Jogos Santa Casa.
- 2018: Atribuição de novos níveis de certificação em Jogo Responsável pela EL e WLA. Passa a ser possível apostar no PLACARD através de um QR Code.
- 2019: Modernização da Lotaria Nacional: lançamento da nova plataforma de gestão do Jogo, do novo modelo de distribuição a toda a rede de mediadores e ainda a disponibilização na APP Jogos Santa Casa. Inauguração da renovada Sala de Extrações.
- 2020: Introdução de mudanças no Euromilhões: aumento do valor máximo do Jackpot, probabilidade de Jackpots mais elevados e frequentes, e a realização anual de três sorteios promocionais do Super Jackpot. Lançamento de um novo website e uma nova aplicação móvel exclusiva para o PLACARD. Entrada dos Jogos Santa Casa e do PLACARD nas redes sociais.

19

- 2021: O Totobola celebra os 60 anos com incremento dos prémios. São igualmente introduzidas alterações no Totoloto: foi atualizado o valor da aposta e foi lançada uma nova ação promocional "Jackpot Extra".

2.4 Partes Interessadas

APOSTADORES

São aqueles que decidem tentar a sua sorte, aliando o entretenimento à concretização dos seus sonhos, com uma aposta nos jogos sociais do Estado. Os apostadores são os impulsionadores da nossa missão e é para, e por eles, que comunicamos e desenvolvemos uma atividade responsável e segura, cientes da confiança que em nós depositam sempre que escolhem apostar nos nossos jogos. A nossa base de apostadores tem vindo a crescer e atualmente 79% dos portugueses com 18 ou mais anos apostam nos Jogos Santa Casa.

MEDIADORES

Distribuídos por todo o território nacional (continente e ilhas), representam uma rede com 4.808 pontos de venda que contribui, de forma fundamental, para a concretização da missão do Departamento de Jogos, bem como para a promoção de hábitos de Jogo Responsável. Contando com uma autorização administrativa para o exercício da atividade de mediação, têm uma participação vital no momento da aposta.

COLABORADORES

Diariamente, 317 colaboradores asseguram, de forma rigorosa e responsável, o sucesso da missão que prosseguimos. Nas ações de formação e dinâmicas internas em que participam, reforçam o seu sentimento de identificação e afinam conhecimentos para melhor enfrentarem a complexidade crescente da nossa atividade.

BENEFICIÁRIOS

Um conjunto de entidades públicas que desenvolvem atividade em todo o território português e em áreas de reconhecido valor social. A promoção da educação, o combate à pobreza e à exclusão social, o apoio à proteção civil, o combate à violência doméstica, o investimento em projetos especiais e em infraestruturas de apoio, entre outras de ordem social, são apenas algumas áreas que, a par da saúde, da cultura, do policiamento de espetáculos desportivos e da promoção do desporto escolar, marcam e definem a ação dos nossos inúmeros beneficiários. Os resultados líquidos dos jogos sociais do Estado são integralmente distribuídos pelos beneficiários legalmente definidos.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Com uma missão secular, a Misericórdia de Lisboa dedica-se, há 523 anos, às Boas Causas, desenvolvendo a sua ação em áreas tão fulcrais como a Ação Social, a Saúde, o Património, o Ensino, a Investigação, o Empreendedorismo Social ou a Cultura. Parte integrante da lista de beneficiários dos jogos sociais do Estado, cabe ainda à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a exploração em todo o país, em regime de exclusividade, dos jogos sociais a ela confiados pelo Estado.

FORNECEDORES

Selecionados ao abrigo da Lei da Contratação Pública, nacionais ou estrangeiros, fornecem-nos bens e serviços no mais estrito respeito pelos requisitos normativos que são o alicerce dos sistemas de certificação pelos quais nos regemos, nomeadamente o Sistema de Gestão da Segurança e da Informação.

ESTADO

Reconhecendo a idoneidade e a integridade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Estado atribuiu à nossa instituição, através do seu Departamento de Jogos, a exploração dos seus jogos sociais. Com esta atribuição, faz recair sobre a Misericórdia de Lisboa a responsabilidade de zelar pela proteção dos apostadores (especialmente dos grupos mais vulneráveis) e de combater a criminalidade associada ao jogo a dinheiro, através de uma gestão responsável do seu portefólio de jogos.

A TUTELA

A nossa atividade é regulada pelo Governo, cabendo a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ao membro do Governo que superintende a área da Segurança Social.

PARCEIROS INTERNACIONAIS

Mantemos um relacionamento próximo com os nossos "pares" internacionais. Entre a "Lotaria Portuguesa" - como somos conhecidos internacionalmente - e as nossas lotarias congéneres, a partilha de conhecimento e das melhores práticas do mercado é uma constante. De forma a reforçar ainda mais estes laços e a melhorar os procedimentos que, não raras vezes, merecem o elogio dos nossos parceiros, fazemos parte, desde a criação de cada uma, de quatro grandes e distintas associações internacionais de Lotarias:

Capítulo 3

Os Nossos Jogos

NOME: Lotaria Clássica
DATA DE NASCIMENTO/ 1º SORTEIO: 01/09/1784
FAMÍLIA: Lotarias (Lotaria Nacional)
Data de Extração: Segunda-Feira

VENDAS DE 2021: 44M€

NOME: Lotaria Popular
DATA DE NASCIMENTO/ 1º SORTEIO: 10/03/1987
FAMÍLIA: Lotarias (Lotaria Nacional)
Data de extração: Quinta-Feira

VENDAS DE 2021: 26M€

NOME: Raspadinha (ou Lotaria Instantânea)
DATA DE NASCIMENTO/ 1º JOGO: 31/07/1995
FAMÍLIA: Lotarias (Lotarias Instantâneas)

VENDAS DE 2021: 1.515M€

NOME: Totoloto
DATA DE NASCIMENTO/ 1º SORTEIO:
30/03/1985
FAMÍLIA: Apostas mútuas (Lotos)
Dia dos Sorteios: Quarta-Feira e Sábado

VENDAS DE 2021: 118M€

NOME: Euromilhões
DATA DE NASCIMENTO/ 1º SORTEIO: 08/10/2004
FAMÍLIA: Apostas Mútuas (Lotos)
Dias dos Sorteios: Terça e Sexta-Feira

VENDAS DE 2021: 605M€

NOME: M1LHÃO (ou Totosorteio)
DATA DE NASCIMENTO/ 1º SORTEIO: 30/09/2016
FAMÍLIA: Apostas Mútuas (*add on*)
Dia do Sorteio: Sexta-Feira

VENDAS DE 2021: 83M€

NOME: Totobola
DATA DE NASCIMENTO/ 1º SORTEIO: 24/09/1961
FAMÍLIA: Apostas Mútuas Desportivas
Dia do Sorteio: Domingo

VENDAS DE 2021: 6M€

NOME: PLACARD
DATA DE NASCIMENTO/ 1º EVENTO: 09/09/2015
FAMÍLIA: Apostas Desportivas à Cota

VENDAS DE 2021: 502M€

Capítulo 4

Onde estamos

4.1. Rede Física

Com milhares de pontos de venda em funcionamento, cimentamos uma presença relevante no panorama nacional da atividade do jogo a dinheiro.

A maior concentração das nossas mediações encontra-se nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal. Nos últimos anos, a atividade económica dos pontos de venda Jogos Santa Casa tem-se mantido invariavelmente associada, sobretudo, às áreas da restauração e papelarias/tabacarias.

Números-chave de 2021

- Pontos de Venda = 4.808
- Terminais de jogo = 4.924
- Mediações atribuídas = 165
- Novos colaboradores da Rede de Mediadores formados = 2.240
- Horas de formação inicial ministradas = 3.158
- Horas formação inicial exclusivas sobre Jogo Responsável = 1.040

2021: UM ANO DE RESILIÊNCIA

Apesar das melhorias relativamente à pandemia foi ainda um ano, estratégica e operacionalmente, muito marcado por constrangimentos na rede física dos JSC.

A rede de mediadores dos jogos sociais do Estado viu-se confrontada com novos hábitos de consumo, diferentes rotinas dos apostadores e por constantes alterações dos fluxos de pessoas devido aos distintos regimes de trabalho que vigoraram e à variação do número de casos ativos que foram sendo registados em Portugal.

No entanto, apesar do ambiente de desconfiança dos consumidores e de incerteza dos nossos mediadores, contribuímos determinantemente para o início da recuperação económica das mediações e das comunidades onde se inserem e para a manutenção de cerca de 16.000 postos de trabalho diretos. O número de encerramentos de mediações foi residual e dentro do habitual padrão das dinâmicas comerciais da maior rede de retalho em Portugal.

Este contexto continuou a exigir-nos um olhar muito atento e um contacto próximo com os nossos mediadores e um particular acompanhamento das mediações que viveram maiores dificuldades. 2021 foi por isso um ano em que o foco das atividades se centrou mais no acompanhamento da sustentabilidade das mediações, cujas receitas representam mais de 95%

das receitas totais dos JSC, relegando para um momento posterior as ações previstas no âmbito da estratégia de modernização e requalificação da rede.

2021, face ao seu contexto, obrigou ainda a direção comercial a rever, atualizar e aperfeiçoar os critérios, regras, processos e procedimentos que suportam toda a atividade de gestão comercial dos mediadores dos jogos sociais. Foram ainda identificadas e desenvolvidas melhorias tecnológicas para suportar e agilizar as formas de trabalho e comunicação entre o DJSCML e os seus mediadores.

Foram desenvolvidas noas abordagens e metodologias de trabalho capazes de garantir aos mediadores toda a informação e formação para garantir o desenvolvimento da atividade de mediação de forma segura e alicerçada na política de jogo responsável.

Apesar dos constrangimentos que ainda se fizeram sentir ao nível das deslocações e estadias, foram desenvolvidos esforços para tornar efetivo o acompanhamento no terreno.

Ciente das dificuldades financeiras e de tesouraria sentida pela generalidade da rede de mediadores foi suspenso o processo de reembolso dos montantes da moratória atribuídos em 2020. Foi ainda suspensa a aplicação de sanções resultantes de eventuais atrasos no depósito de receitas.

Ainda que com estas preocupações presentes, foi possível no último trimestre do ano finalizar os pressupostos do projeto de desmaterialização dos processos comerciais, no âmbito do qual foi já lançada a plataforma de candidaturas de novos mediadores integralmente digital. Neste projeto está igualmente em desenvolvimento uma plataforma de formação e o portal do mediador cujo retorno se poderá medir a curto/médio prazo através da redução de tempo, custos e recursos humanos e do aumento de agilidade e eficiência no tratamento de processos e procedimentos e pela capacidade de dotar os mediadores, enquanto *stakeholders*, de uma ferramenta transversal de suporte à atividade de mediação.

4.2. Digital

Pelo segundo ano consecutivo, a pandemia voltou a condicionar o mundo, as populações e as instituições, forçando-as a se adaptarem a novas realidades. Com os sucessivos confinamentos e com as restrições impostas em nome da saúde pública, novas formas de comunicação emergiram ou foram reforçadas, de um modo nunca antes imaginado. E, naturalmente, não fomos alheios a estas mudanças.

Uma das principais alterações registadas ao nível da comunicação dos jogos sociais do Estado, foi a reorientação da estratégia de comunicação e marketing de cada um dos produtos do portefólio. Reforçar a notoriedade dos jogos e estabelecer um vínculo mais forte com os apostadores foram os objetivos principais, nomeadamente no meio digital, aproveitando-se assim a oportunidade criada pela crise pandémica e o consequente crescimento do "mundo *online*".

Realizámos campanhas específicas para cada um dos produtos e intensificámos a presença das marcas nas redes sociais, em particular a marca institucional e o PLACARD, o que nos permitiu alargar a comunidade de seguidores e as interações com essas mesmas comunidades, utilizando com frequência o desenvolvimento de passatempos e a ativação de patrocínios com as federações desportivas.

A estratégia prosseguida mostrou, desde logo, ser passível de gerar "frutos": em 2021, as vendas nos canais digitais JSC registaram uma taxa de crescimento de 22%, sendo que em 2020 já tinham ultrapassado os 25%. Por outro lado, a média de apostadores ativos foi 20% superior relativamente ao ano anterior, e 56% superior à média registada em 2019. Estes dados indicam, de forma clara e incontestável, que um maior número de apostadores utiliza atualmente o nosso site e app de uma forma regular.

Se é certo que a pandemia e os sucessivos confinamentos conduziram os JSC a um reforço do posicionamento dos seus canais digitais enquanto meios alternativos e complementares de aposta, é igualmente correto afirmar que esses mesmos canais assumem hoje uma maior relevância. As rotinas e os hábitos de consumo dos nossos apostadores (e das populações em geral) mudaram consideravelmente, com os principiais indicadores de desempenho dos canais digitais a serem reveladores dessa mudança.

2021 iniciou-se exatamente com os mesmos desafios do ano anterior: apostadores confinados e a interagir através dos dispositivos móveis. Esta nova realidade constituiu, desde cedo, mais uma oportunidade de comunicação para relembrar que os jogos sociais estão disponíveis nos canais digitais, nomeadamente através da App JSC.

Com o objetivo de captar apostadores que continuam a aceder ao Portal JSC através dos seus dispositivos móveis e de todos aqueles que mudaram os seus hábitos de consumo para o meio digital, a estratégia adotada consistiu no reforço da comunicação desta plataforma, através do lançamento de três campanhas.

Assente no conceito **"É tão simples quanto isso"**, logo no início do ano foi lançada uma campanha, dividida em dois momentos - janeiro e fevereiro. Oportunidade para se salientar as duas caraterísticas mais valorizadas no canal mobile: a simplicidade e a rapidez.

O objetivo foi cumprido: durante o período em que decorreu a campanha, foram realizados mais de 45 mil downloads da App. E, em fevereiro, o canal mobile registou vendas de 6 milhões de euros, que foram motivadas principalmente pelo Super Jackpot Mínimo Garantido no Euromilhões, cujo prémio atingiu valores superiores a 200 milhões, e também à segunda vaga da campanha

Mais tarde, já em agosto, chegou uma nova campanha com o lema **"Passe o Verão na companhia dos seus jogos favoritos"**. Desta forma foram reforçadas, uma vez mais, as vantagens funcionais da App JSC aproveitando o período de Verão, quase sempre sinónimo de férias. Os resultados alcançados foram particularmente positivos, com um crescimento homólogo das vendas de 21% e dos downloads da App JSC de 67%, durante o período em que decorreu a campanha.

Atendendo ao aumento considerável de downloads e de vendas neste canal, foi lançada uma nova campanha no final do mês de novembro, desta feita assente num conceito funcional e de proximidade: "**Com a App Jogos Santa Casa tenha os seus jogos de sempre... sempre à mão**".

Lotaria Popular | Ação Digital Famílias Populares

A ação promocional da Lotaria Popular "Apelidos Portugueses" - iniciada em 2020, mas prolongada até ao final de 2021 – foi lançada com o objetivo de fomentar uma relação de maior proximidade com os apostadores, reforçando os valores da marca e promovendo o aumento das vendas, não só nos canais digitais, como também na rede física.

A iniciativa apresentou resultados positivos, com um aumento médio de 3% * nas vendas totais da Lotaria Popular "Apelidos" face ao ano anterior. Nos canais digitais, o crescimento foi ainda mais significativo: cerca de 13%* nas vendas destas extrações, impulsionado pelo considerável aumento de 34%* na App JSC.

(*dados de jan a jul de 2021)

Por ocasião do lançamento de uma campanha da Lotaria Clássica do Dia da Mãe, foi desenvolvida uma ação digital que pretendia criar *engagement* entre o jogo e os apostadores, particularmente entre mães e respetivos filhos. **"Descubra o número da sorte que vos une"** foi o slogan escolhido, que convidava os visitantes do site a conhecer o seu número da sorte com base nas datas de aniversário e a descobrir em que ponto de venda o número dessa extração estaria disponível. A alternativa seria apostar diretamente nos canais digitais.

A campanha da Lotaria Clássica "Dia da Mãe" resultou num aumento de 28% das vendas nos canais digitais (Portal e App), face à extração de 2020.

Capítulo 5

Compromissos e Responsabilidades

5.1. Responsabilidade na Oferta de Jogo

5.1.1. Jogo Responsável

O jogo deve ser uma atividade essencialmente lúdica e divertida!

As medidas de promoção de hábitos de jogo moderados junto dos apostadores integram hoje, e de uma forma plena, a nossa gestão estratégica e operacional. Essa integração na atividade corrente é o resultado de um processo de evolução gradual, que dura já há mais de 10 anos, e que está perfeitamente alinhada com as iniciativas adotadas pelas associações internacionais de Lotarias de Estado das quais o DJSCML é membro.

De entre essas iniciativas, destacamos as certificações em jogo responsável, as quais estipulam um conjunto de requisitos – de informação, de proteção e de autoproteção dos apostadores – que os membros das associações devem disponibilizar na oferta dos seus produtos e serviços, e que são alvo de sucessivas auditorias externas e independentes.

Para os JSC, 2021 ficou marcado pela renovação das suas certificações, nomeadamente a da EL (European Lotteries) e a da WLA (World Lottery Association).

Com estas sucessivas renovações, podemos confirmar que o caminho que tem vindo a ser percorrido – nas práticas e nas ferramentas de jogo responsável implementadas – cumpre com elevados padrões de exigência, baseados no conhecimento científico mais atualizado. Acima de tudo, atesta a melhoria contínua das medidas que adotamos, e que seguem as melhoras práticas internacionais neste domínio.

O contexto pandémico não impediu que continuássemos a desenvolver em 2021 e, em alguns casos a reforçar, a nossa política de jogo responsável, designadamente na reformulação dos seus processos e procedimentos, obrigatória para preparar a tendência, agora acelerada, de transição para o digital.

INVESTIGAÇÃO E CONHECIMENTO

Estar a par do conhecimento científico mais atualizado, quer sobre os riscos associados ao jogo a dinheiro, quer sobre as melhores práticas de jogo responsável é, não só uma obrigação de qualquer organização que se quer manter socialmente responsável, como é também essencial para a futura tomada de decisões estratégicas e operacionais.

Por outro lado, os requisitos de jogo responsável implicam que estejamos não só focados na aquisição de conhecimento, mas também em transmiti-lo às diversas partes interessadas. Por esta razão, integrámos a Comissão de Responsabilidade Social Corporativa e Jogo Responsável da CIBELAE, composta por membros de Lotarias de Estado do espaço ibero-americano, o que proporciona um intercâmbio regular sobre as melhores práticas.

Integrámos também o Grupo de Trabalho para o Jogo e as diversas Subcomissões da Comissão Técnica do Plano Nacional de Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (PNRCAD), coordenado operacionalmente pelo SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, tutelado pelo Ministério da Saúde. Nele participam ainda representantes dos diversos ministérios e de entidades ligadas às áreas da saúde, da investigação, da indústria do jogo e de regulação, que trabalham para identificar e desenvolver ações relacionadas com o estudo, a prevenção e a intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos. Desse trabalho conjunto resultou, em 2021, a programação de um ciclo de conferências *online*, de participação gratuita e abertas ao público em geral, duas das quais já realizadas, subordinadas aos temas "Investigação e Jogo" e "Jogo e Prevenção", e às quais se sucederão outras sessões a realizar no ano de 2022.

2021 marca também o arranque dos trabalhos para a concretização do novo PNRCAD 2021-2030, para o qual apresentámos um vasto conjunto de contributos, com propostas de ações de âmbito nacional e transversais à generalidade das partes interessadas.

Formação de Colaboradores e de Mediadores em Jogo Responsável

Tal como em 2020, em 2021 predominou a vertente *online* nos modelos formativos e a utilização de plataformas colaborativas de trabalho.

Como tem sucedido anualmente, em 2021 foram formados os novos colaboradores sobre as questões básicas de jogo responsável.

Formação Inicial de Colaboradores	2019	2020	2021
N.º de Colaboradores formados	36	9	72
N.º total de horas de formação recebidas	49	22,5	49

Adicionalmente, foram retomadas as ações de formação específica de colaboradores de áreas orgânicas, cujas funções implicam um contacto direto com apostadores, como o atendimento presencial e telefónico, contemplando 72 formandos e totalizando 49 horas de formação.

Em 2021 foi ainda criada uma área na Intranet da SCML dedicada ao jogo responsável. Este novo espaço de comunicação pretende sensibilizar todos os colaboradores para o tema, permitindo igualmente o acesso à informação normativa interna associada à Política de Jogo Responsável dos Jogos Santa Casa, bem como informação relativa a campanhas, novidades e eventos subordinados à temática.

Na mesma medida, manteve-se o modelo remoto de formação de mediadores. Tal como no ano anterior, em 2021 a formação circunscreveu-se à formação inicial de novos mediadores (ou novos colaboradores de mediadores), não tendo sido ainda possível a realização de qualquer ação de formação a nível nacional.

Formação de Mediadores	2019	2020	2021
N.º de mediadores formados*	17.106	1.883	2.240
N.º total de horas de formação recebidas	5.155	1.802	1.040

* N.º de formandos (mediadores e respetivos colaboradores).

Mecanismos de Autoproteção dos Apostadores

Em 2021 mantivemos as ferramentas que disponibilizamos para garantir a proteção e autoproteção dos apostadores, bem como os meios existentes para a sua divulgação.

No caso concreto do PLACARD, pelo segundo ano consecutivo verificou-se uma redução do número de pedidos de autoexclusão.

*Autoexclusão do PLACARD**	2019	2020	2021	Acumulado líquido 2016/2021
N.º de Autoexclusões	75	59	51	265
N.º de Revogações (após 180 dias)	5	3	4	

* Mecanismo disponível desde o lançamento do PLACARD, em setembro de 2015.

Por outro lado, e com o reforço da procura dos canais digitais, em 2021 verificou-se a continuação do incremento no volume de pedidos de autoexclusão do Portal dos Jogos Santa Casa.

*Autoexclusão do Portal Jogos Santa Casa**	2019	2020	2021	Acumulado líquido 2017/2021
N.º de Autoexclusões	433	523	582	904
N.º de Revogações (após 180 dias)	71	171	189	

* Mecanismo disponível desde novembro de 2017.

Relativamente à Linha de Apoio Jogo Responsável, através da qual se presta aconselhamento psicológico a apostadores com eventuais problemas com o jogo, também disponível para seus familiares e amigos, em 2021 o número de contactos alvo de efetivo apoio psicológico manteve-se em linha com o registado em anos anteriores.

Linha de Apoio JOGO RESPONSÁVEL

Telefone: (+351) 214 193 721 (custo de chamada para rede fixa)

Horário: dias úteis, das 14h às 18h

Email: linhadeapoio@iajpt.eu

Linha de Apoio JOGO RESPONSÁVEL	2019	2020	2021
N.º total de contactos recebidos	303	412	367
(dos quais) N.º total de contactos alvo de apoio psicológico	173	161	174

5.1.2. Segurança e Risco

Apesar da situação pandémica ter continuado a marcar o ano de 2021, uma vez mais o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) que prosseguimos assegurou o seu propósito, e confirmou ser um verdadeiro instrumento de gestão, ao dar suporte às necessidades e objetivos do negócio da organização e exploração dos jogos sociais do Estado.

Em 2021 realizou-se a terceira e última auditoria de acompanhamento da certificação do SGSI no presente ciclo de certificação. A auditoria foi realizada pela entidade certificadora AENOR, no mês de junho, e decorreu num modelo misto, ainda que já tenha sido possível realizar visitas físicas a algumas das instalações abrangidas pelo SGSI.

Ainda com várias limitações impostas pela pandemia, tivemos a capacidade de demonstrar a eficácia do SGSI e a respetiva conformidade com as normas de referência. Na referida auditoria não foram identificadas quaisquer não conformidades, tendo sido assegurada a manutenção da certificação do SGSI de acordo com as normas *WLA Security Control Standard: 2016 – Information and operations security and integrity requirements for lottery and gaming organizations*, da *World Lottery Association* e ISO/IEC 27001:2013 – *Information technology – Security techniques – Information security management systems – Requirements.*

Foi ainda dada continuidade às auditorias internas programadas no âmbito da segurança da informação e da proteção de dados pessoais, as quais decorreram em formato híbrido, presencial e remoto, o que permitiu assegurar a execução deste importante instrumento de melhoria e de avaliação da conformidade das atividades com os respetivos requisitos normativos, legais e contratuais.

Neste âmbito importa ainda salientar que, em colaboração com a Direção de Recursos Humanos da instituição, desenvolvemos uma plataforma de *e-learning* para a formação inicial no SGSI, a qual permitirá assegurar, de forma mais célere e flexível, a formação a todos os novos colaboradores.

A promoção da integridade desportiva é outro dos desígnios que prosseguimos diariamente através de uma monitorização pró-ativa e da participação em fóruns nacionais e internacionais que permitem a permanente aplicação das melhores práticas às medidas vigentes de mitigação do risco. Em 2021, integrámos a delegação portuguesa no Comité de Acompanhamento da Convenção do Conselho da Europa sobre Manipulação de Competições Desportivas, delegação esta que foi eleita Vice-Presidente do referido Comité.

Integrámos também o Grupo de Trabalho para a Implementação da Plataforma Nacional Destinada ao Tratamento da Manipulação de Competições Desportivas, constituído pela Comissão Permanente do Conselho Nacional do Desporto, indo ao encontro do previsto na Convenção de Macolin.

5.1.3. Salvaguarda do Património das Famílias

"Um pequeno dispêndio para um grande sonho" mantém-se como princípio na forma como queremos que os apostadores encarem a sua aposta nos nossos jogos. Trata-se de entretenimento descomprometido e de uma prática de dimensão eminentemente social, quer na resposta a um hábito humano de jogar, quer no impacto da redistribuição que lhe está inerente.

A avaliação do montante que os portugueses despendem em jogos sociais do Estado, e do que este gasto pode representar no orçamento familiar, é uma preocupação constante na gestão da nossa oferta, com reflexos efetivos na forma como é determinada a estratégia de exploração dos jogos. Nesta medida, fatores como o tipo e as modalidades de jogo disponibilizados, os canais de oferta e o preço das apostas são por nós equacionados, não apenas para maximizar os rendimentos obtidos, mas para dar cumprimento à prevenção do jogo excessivo e à salvaguarda do património das famílias.

O nosso modelo de gestão garante que a sustentabilidade dos montantes gerados para as Boas Causas passa, sobretudo, pela capacidade de gerir de forma eficiente os recursos empregues na atividade de exploração do jogo e não pela promoção de um aumento de procura desequilibrado em relação à capacidade de consumo dos apostadores no seu conjunto.

O rendimento disponível das famílias, em consequência da crise pandémica por covid-19, desceu 1,1% em 2020. Já num contexto de recuperação, é estimada uma subida de 1,2% para 2021, de acordo com as últimas projeções do Banco de Portugal[1]. Este crescimento terá sido consequência de aumento do emprego, apesar de progressivamente menor, e do dinamismo dos salários.

Com base nesta projeção e numa subida mais acentuada da despesa líquida das famílias em jogos sociais de 12,9% (gasto em apostas deduzido do valor pago em prémios) o peso desta despesa no rendimento disponível das famílias será mais elevado em 2021 do que foi no ano passado (0,76%), contudo, em níveis perfeitamente acomodáveis nos parâmetros de jogo responsável, devendo este indicador situar-se em cerca de 0,85%.

[1] *Dados do Banco de Portugal, Boletim Económico – dezembro/2021*

Ainda para aferição do impacto dos jogos sociais na despesa das famílias, verificamos que, em 2021, o valor despendido por registo se manteve em linha com o registado nos anos anteriores, ou seja, em torno dos 2,6 euros. Este valor reafirma o nosso objetivo de privilegiar uma larga base de apostadores, com dispêndios individuais de montantes relativamente baixos.

5.2. Nós e a Sociedade

5.2.1. Retorno à Sociedade

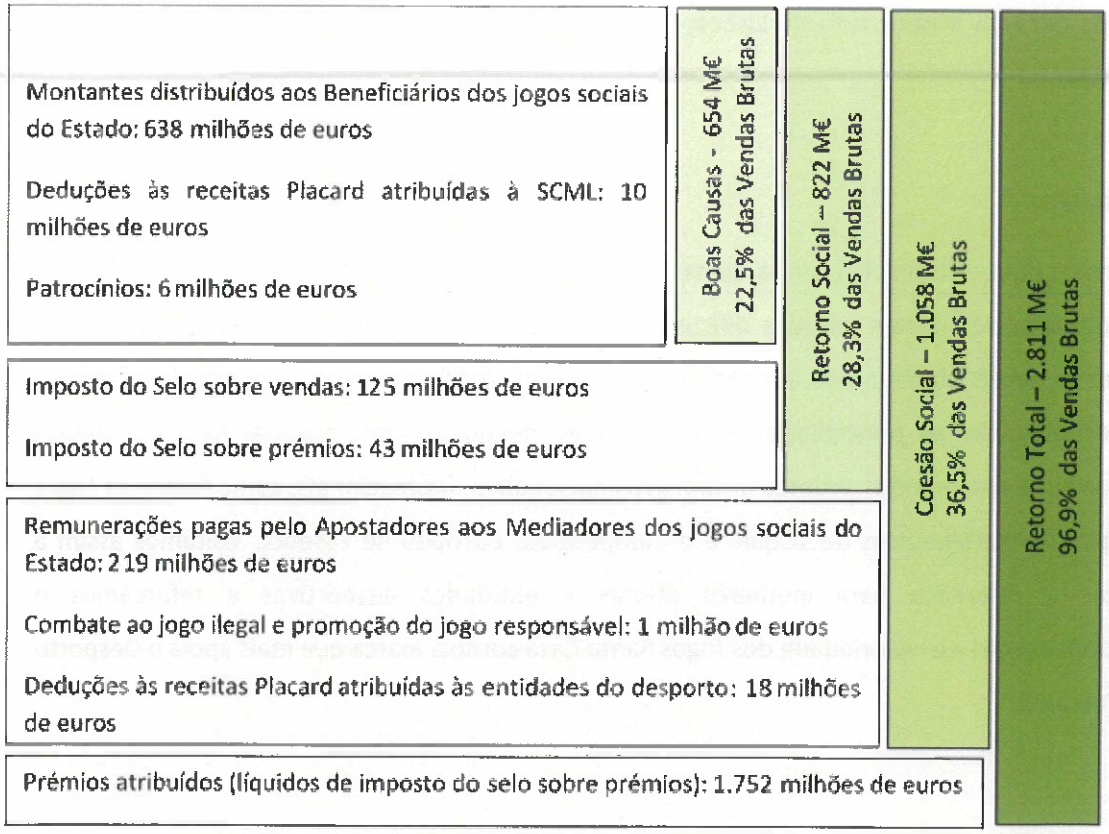
5.2.1.1. Coesão Social

Em trajetória de recuperação em relação ao verificado em 2020, mas ainda longe do que seriam os níveis a atingir num contexto de ausência das consequências de uma situação pandémica, em 2021 aumentou o retorno à sociedade, quer em volume, quer em grau de importância face às vendas.

Representando 96,9% das vendas brutas de jogo, o montante total de retorno à sociedade gerado no último ano foi de 2.811 milhões de euros, o que em termos homólogos representa um acréscimo de 138 milhões de euros.

A sociedade beneficia do dinheiro devolvido pelos Jogos Santa Casa sob a forma de prémios, remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores, imposto do selo que incide sobre as vendas e sobre os prémios, resultados distribuídos aos beneficiários, deduções legais sobre as vendas brutas para promoção do desporto, patrocínios e investimento na promoção da legalidade e do Jogo Responsável.

Este retorno é estratificado de acordo com as finalidades a que diretamente se destinam os montantes gerados e com a forma como de redistribuem.



Boas Causas

Neste ano foram destinados 654 milhões de euros ao financiamento de boas causas, uma subida de 5% face ao ano anterior, ou seja, mais 31 milhões de euros.

Resultados Distribuídos

Em 2021 foram distribuídos aos beneficiários dos jogos sociais do Estado 638 milhões de euros provenientes dos resultados de exploração dos nossos jogos.

Às entidades a quem são distribuídos os resultados da nossa atividade de exploração compete aplicar os montantes recebidos em fins que consubstanciam as políticas sociais do Estado, entre as quais se contam o apoio social aos idosos, famílias, crianças e jovens mais carenciados, às pessoas portadoras de deficiência e vítimas de violência, bem como na promoção e valorização da cultura, na melhoria da qualidade educativa, no incremento das atividades desportivas e no combate às dependências.

Deduções às receitas das apostas desportivas à cota de base territorial (PLACARD) atribuídas à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

De acordo com o estabelecido na legislação que aprova o regime jurídico da exploração das apostas desportivas à cota de base territorial, foi atribuído o montante de 10 milhões de euros à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, correspondente à parcela que lhe cabe da receita do PLACARD.

Patrocínios

Os apoios concedidos sob a forma de patrocínio perfizeram 6 milhões de euros em 2021. Num ano em que persistiram grandes dificuldades e desafios decorrentes da crise pandémica e, apesar da existência de inúmeras condicionantes à realização de eventos, a estratégia continuou a consubstanciar-se principalmente no apoio ao desporto, com especial foco no talento desportivo e nos grandes eventos desportivos nacionais e internacionais, como foram os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio e o Campeonato Europeu de Futebol. Voltámos assim a marcar a diferença para inúmeros atletas e entidades desportivas e reforçámos o posicionamento e a notoriedade dos Jogos Santa Casa como a marca que mais apoia o Desporto em Portugal.

Retorno Social

Ao financiamento direto das boas causas acresce o montante entregue ao Estado sob a forma de imposto do selo, constituindo-se com estes valores o que designamos de **retorno social e que totalizou 822 milhões de euros em 2021.**

O imposto do selo gerado pelos jogos sociais do Estado foi de 168 milhões de euros, o que representa uma descida face a 2020. Apesar do aumento de imposto do selo decorrente do aumento de vendas, este não foi suficiente para compensar a descida de imposto resultante da menor atribuição de grandes prémios.

Esta evolução determinou uma redução do imposto do selo gerado pelos nossos jogos (4,5% incluído no valor da aposta e 20% sobre a parcela dos prémios atribuídos que excede os 5.000 euros) na receita fiscal do Estado, passando a representar 9,5%, ao invés dos 11,1% em 2020.

Tabela 1: Importância do imposto do selo dos JSC na receita fiscal total de imposto do selo: 2019 - 2021 (milhões de euros; %)

	2019	2020	2021
Imposto do Selo sobre Vendas	145	119	125
Imposto do Selo sobre Prémios	41	61	43
TOTAL	186	180	168
Peso na receita fiscal do Estado em Imposto do Selo	11,0%	11,1%	9,5%

NOTA: Valores correspondentes ao período de reconhecimento da receita pelo Estado

Coesão Social

O contributo global dos Jogos Santa Casa para ações de promoção da coesão social em Portugal, perfez 1.058 milhões de euros em 2021.

Para além do financiamento das políticas sociais do Estado incluem-se neste patamar de retorno:

- o investimento realizado na defesa da legalidade do jogo a dinheiro, no combate à fraude fiscal e ao branqueamento de capitais, enquanto fenómenos potencialmente associados a práticas de jogo, bem como na promoção do Jogo Responsável como meio de proteção do património das famílias e da ordem pública, e que, no último ano, rondou 1 milhão de euros, mantendo o nível verificado nos últimos anos;
- a afetação de receita do PLACARD para apoio às entidades organizadoras de eventos desportivos, clubes e atletas, de acordo com o previsto no regime de exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, que equivaleu a 18 milhões de euros;
- as remunerações pagas pelos apostadores aos mediadores dos jogos sociais do Estado, no valor de 219 milhões de euros.

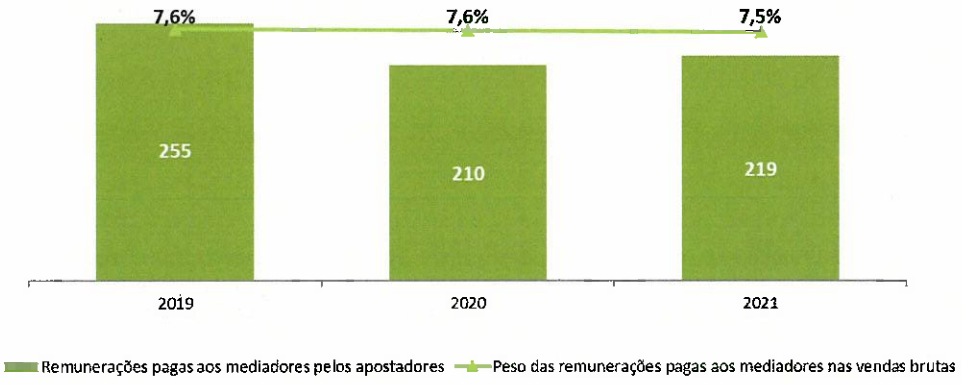
As remunerações pagas aos nossos mediadores representam montantes que, em muitos casos, se traduzem num suporte financeiro determinante para um conjunto alargado de empresas, na sua maioria pequenas e médias, instaladas em todo o país, promovendo, desta forma, a atividade empresarial e o emprego em inúmeras economias locais.

Em 2021, cada um dos nossos 4.808 pontos de venda obteve, em média, 45 mil euros em remunerações, mais 4,6% do que no que no ano anterior, beneficiando da gradual retoma da economia e da procura dos jogos sociais decorrente do alívio das medidas restritivas inerentes à covid-19, nomeadamente, no que toca aos períodos de funcionamento do comércio.

Estima-se, ainda assim que, na sua globalidade, estas receitas tenham assegurado cerca de 16 mil postos de trabalho.

As repercussões da pandemia fizeram-se sentir também na estabilidade que o peso relativo do valor recebido pelos nossos mediadores sobre as vendas brutas vinha a apresentar nos últimos anos. Apesar do acréscimo do valor absoluto das remunerações, estas diminuíram ligeiramente o seu peso nas vendas brutas, o que está diretamente relacionado com a estrutura de vendas e com a distribuição de vendas por canal, onde se acentuou a importância dos canais digitais. As remunerações pagas aos mediadores registaram em 2021 uma subida de 4,2%, ou seja, mais 9 milhões de euros em comparação com o ano anterior.

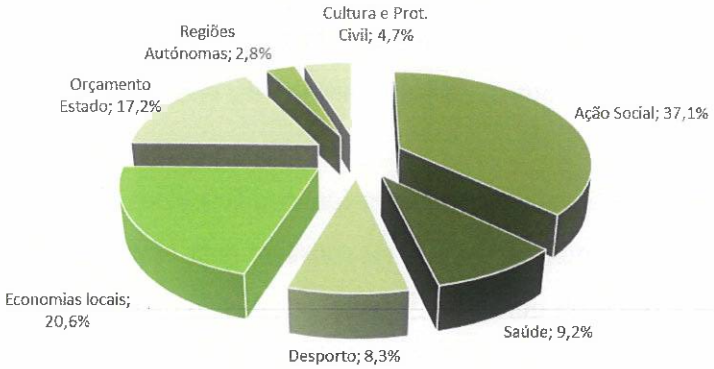
Gráfico 1: Remunerações pagas aos Mediadores pelos Apostadores: 2019 – 2021
(milhões de euros; %)



Estes números continuam, apesar de tudo, a ilustrar de forma evidente que, ao promover as apostas nos nossos jogos sociais através da rede física de mediadores, reforçamos o nosso papel enquanto promotores de coesão social.

Entre os montantes destinados à coesão social, as empresas mediadoras dos jogos sociais do Estado arrecadaram 20,6% do total desta repartição, tendo sido a segunda principal destinatária, após a área social para a qual foram direcionados 37,1% dos valores distribuídos.

Gráfico 2: Retorno por Área de Coesão Social: 2021



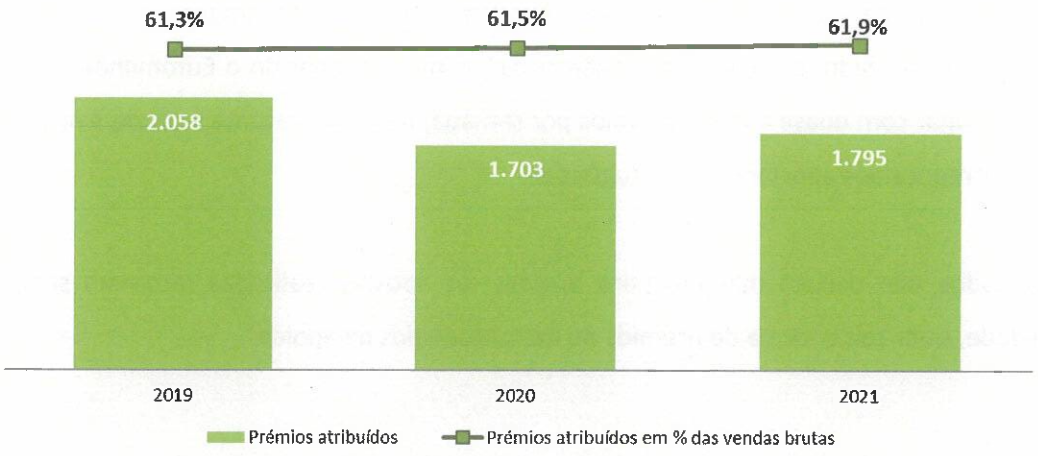
Retorno total

O retorno total para a sociedade gerado pelos Jogos Santa Casa foi de 2.811 milhões de euros, em 2021.

Neste último patamar de retorno à sociedade, somamos os prémios atribuídos nos nossos jogos deduzidos do imposto do selo sobre prémios, já considerado ao nível do retorno social.

Os prémios atribuídos[2] aumentaram 5,4% para 1.795 milhões de euros em 2021. Esta taxa, superior à do crescimento das vendas brutas como veremos, é o resultado de uma maior percentagem de vendas destinada à atribuição de prémios.

Gráfico 3: Prémios Atribuídos: 2019 - 2021
(milhões de euros; %)



[2] *Valor Bruto dos Prémios, sem dedução do imposto do selo sobre prémios*

5.2.1.2. Prémios

Milhares de prémios distribuídos ao longo de 2021 demonstram que qualquer apostador poderá, de um momento para o outro, passar a ser um feliz premiado.

Em 2021, praticamente 1.800 milhões de euros foram distribuídos aos nossos apostadores, destacando-se a Lotaria Instantânea como a responsável pela atribuição da maior fatia dos prémios: cerca de 957 milhões de euros.

Quando analisados os prémios de valor igual ou superior a €5.000, contabilizam-se mais de 230 milhões de euros, distribuídos por 3.591 prémios, com a Lotaria Instantânea a ocupar novamente o primeiro lugar no ranking dos jogos sociais que mais prémios atribuiu neste patamar (2.861), seguida da Lotaria Clássica (193) e da Lotaria Popular (152).

Os prémios de valor igual ou superior a um milhão de euros foram atribuídos pelo Euromilhões, Totoloto e M1lhão, num total de 63, o equivalente a mais de 167 milhões de euros. Se, em 2020, Lisboa foi o distrito com mais "altos premiados", em 2021 foi no Porto que um "excêntrico" arrecadou mais de 69 milhões de euros no Euromilhões. A capital portuguesa não ficou, contudo, completamente destronada: neste último ano, Lisboa concentrou o maior número de pessoas (14) bafejadas pela sorte (e por um milhão de euros), precisamente no jogo M1lhão.

Se a análise incidir sobre a média dos prémios atribuídos por semana, a Lotaria Instantânea (mais popularmente conhecida como "Raspadinha") continua a ser a "rainha" dos nossos jogos sociais ao atribuir mais de 2,8 milhões de prémios semanais, o que se traduz em mais de 17 milhões de euros. Por outro lado, o "criador de excêntricos", como é conhecido o Euromilhões, ocupa o segundo lugar com quase 403 mil prémios por semana, o que representa mais de 3 milhões de euros entregues aos apostadores portugueses.

Estes dados não deixam margem para dúvidas: as apostas realizadas retornam sempre à sociedade, quer sob a forma de prémios ou de outros tipos de apoios.

5.2.2. Parcerias com impacto

5.2.2.1. O Desporto num ano marcado pela incerteza

O apoio ao desporto nacional, ao talento desportivo e aos grandes eventos de bandeira lusitana manteve-se em 2021 como um dos nossos principais desígnios, prosseguindo uma estratégia de patrocínios que transforma parcerias em concretas ferramentas de integração e coesão social.

Foram muitas as entidades e os desportistas que beneficiaram destes apoios, os quais foram particularmente importantes num ano que continuou "ensombrado" pela pandemia e pelas consequentes restrições. Se é certo que os Jogos Santa Casa se têm vindo a afirmar como o principal patrocinador e impulsionador do Desporto em Portugal, o ano de 2021 reforçou esta realidade, ou não tivesse a pandemia condicionado o universo desportivo pelo segundo ano consecutivo, nas suas mais diversas vertentes.

Os números não deixam margem para dúvidas: a política de patrocínios a que demos continuidade permitiu às federações desportivas desenvolver a sua missão, com especial enfoque na caminhada olímpica, paralímpica e surdolímpica, sem descurar o desenvolvimento do desporto adaptado, a inclusão através do desporto e o crescimento do desporto feminino. Uma vez mais, o desporto mostrou ser uma ferramenta determinante no combate à exclusão, contra a discriminação e na promoção de uma sociedade mais igualitária e justa.

2021 permitiu ainda reforçar a comunicação relativamente ao posicionamento da marca JSC neste âmbito. Mantendo a assinatura do ano anterior - **"O desporto tem todo o nosso apoio"** - foi lançada uma campanha institucional multicanal (TV e Imprensa), que incidiu sobre o apoio ao desporto nacional. Com esta iniciativa, foi recordada a importância de apoiar as várias modalidades desportivas, mas sem esquecer os seus intervenientes.

Mural de arte urbana "nasce" em Benfica com o apoio dos Jogos Santa Casa

Desde junho de 2021 que o antigo Campo da Feiteira tem uma nova arte urbana: um mural, destinado a homenagear o futebol e o desporto em geral, celebrar os valores de fair-play e enaltecer o talento nacional.

O mês escolhido para a inauguração desta nova obra de arte não poderia ter sido mais apropriado, já que todas as atenções estavam concentradas no futebol, mais precisamente no Europeu 2020 (EURO). E são precisamente alguns dos nomes históricos do futebol nacional que estão representados neste mural, situado no mesmo local onde outrora existiu o Campo da Feiteira, que acolheu o primeiro jogo de uma seleção nacional de futebol, no longínquo ano de 1911.

Quem passar no túnel que liga a Rua Emília das Neves à Rua Nossa Senhora do Amparo, em Benfica, encontrará um mural com os jogadores dessa primeira seleção, onde estavam presentes os fundadores dos três grandes clubes de Lisboa: o Sport Lisboa e Benfica, através de Cosme Damião; o Sporting Clube de Portugal, com os irmãos Stromp e, por fim, o Belenenses, com o Artur José Pereira (à época, ainda jogador do Benfica). António Rosa Rodrigues e João Bentes, do Sporting; Carlos Sobral, Merik Barley, Eduardo Pinto Bastos e William Sissener, do CIF; e Henrique Costa, do Benfica, são os restantes jogadores retratados no mural, que foram escolhidos em 1911 pela Associação de Futebol de Lisboa como os melhores a nível nacional, para disputarem o jogo frente ao Stade Bordelais Université, que decorreu a 21 de maio desse mesmo ano.

Os NÚMEROS DE 2021

- 17 federações
- 100 seleções nacionais
- 12 seleções nacionais de desporto adaptado
- 86 Campeonatos Universitários
- 325 beneficiários de Bolsas de Educação, que totalizam 922 mil euros

Jogos Olímpicos e Paralímpicos

O apoio aos Jogos Olímpicos – que transitaram de 2020 para 2021 devido à pandemia mundial - constituiu um dos momentos mais marcantes da nossa atuação. Este momento relevante foi potenciado através de múltiplas parcerias editoriais com vários meios de comunicação social. De realçar a associação a um dos principais jornais diários desportivos – Record. Sob o lema **"Fazemos Campeões"** foram preparadas várias reportagens sobre os atletas olímpicos e paralímpicos que representaram Portugal nos Jogos Olímpicos de Tóquio, com os seus testemunhos e relatos dos feitos alcançados.

Paralelamente à edição impressa, a criação de uma plataforma digital no site do jornal, com os conteúdos dos suplementos e a consequente partilha nas redes sociais, contribuiu para a concretização dos objetivos inicialmente estabelecidos.

De forma semelhante, mas no meio televisivo, associámo-nos ao Comité Olímpico de Portugal para a realização do programa **"Equipa Portugal",** num total de 15 episódios. A transmissão no canal Eurosport permitiu a milhares de telespectadores conhecerem os atletas portugueses, as suas motivações, histórias e ambições.

O apoio dado aos "nossos" atletas olímpicos foi retribuído com um feito assinalável: a Equipa Portugal regressou a casa com 4 medalhas olímpicas, uma conquista festejada por todo o país.

De igual modo, apoiámos o percurso paralímpico em direção ao pódio em 2021, que se saldou de forma positiva, com a conquista de duas medalhas de bronze, 23 diplomas e oito recordes nacionais.

Desde 2014 que somos Patrocinadores Principais do Comité Paralímpico de Portugal (CPP). E em 2021, uma vez mais, o **Desporto Adaptado** voltou a ocupar um lugar de destaque na nossa política de patrocínios. Fruto do trabalho desenvolvido, 33 atletas portugueses (17 dos quais

estreantes) foram apurados em oito modalidades, com a particularidade de 10 serem ainda bolseiros dos JSC.

Investimos no website paralímpicos.pt
Na sequência do protocolo de cooperação celebrado entre a Fundação do Desporto e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o website paralímpicos.pt iniciou um processo de renovação e modernização, há muito desejado. Os 6 mil euros concedidos pela SCML destinaram-se a dotar o website com a acessibilidade máxima para que cumprisse os critérios necessários para a obtenção do Selo de Usabilidade – nível Ouro, desenvolvido pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P. e, assim, eliminar as barreiras à utilização do site, tornando-o mais "amigável" e funcional para o utilizador.

De destacar ainda o apoio que concedemos à **Associação dos Atletas Olímpicos de Portugal,** um apoio destinado a promover o talento desportivo nacional, valorizando os atletas que representaram ou que representam o nosso país, assim como os valores da integração, coesão social, ética desportiva e outras causas relevantes para a sociedade. Quisemos chamar a atenção pública para questões tão importantes como a valorização do estatuto do atleta olímpico, nomeadamente no que concerne às questões pós carreira desportiva.

Outros Dados:
Estudos desenvolvidos pela Nielsen para o Comité Olímpico de Portugal demonstram que os JSC são a marca mais associada à "Equipa Portugal"
27 atletas (17 atletas olímpicos e 10 atletas paralímpicos), todos eles bolseiros do Programa Jogos Santa Casa, representaram Portugal em Tóquio
Desde 2015 que os JSC são o principal patrocinador da Federação Portuguesa de Natação, pelo que acompanharam o desempenho de Ana Catarina Monteiro nestes Jogos Olímpicos, atleta que se sagrou a melhor nadadora portuguesa de sempre em disputa olímpica pela conquista da 11ª posição nos 200m
Maria Martins (ciclismo de pista) e Raquel Queirós (MTB cross country) tornaram-se pioneiras nas suas modalidades, com os JSC a patrocinar a Federação Portuguesa de Ciclismo e as seleções nacionais seniores desde 2017

E o apoio chegou a quase todas as modalidades...

Ou não fossemos os maiores patrocinadores do desporto nacional. Ciclismo, atletismo, ginástica, canoagem, motociclismo, surf, rugby e muitas mais modalidades beneficiaram dos apoios concedidos, numa altura em que a pandemia e as restrições dela decorrentes geravam sentimentos de incerteza relativamente aos eventos programados.

CICLISMO

Desde o século XIX que o ciclismo ocupa um lugar de destaque entre os portugueses e nem a passagem do tempo altera esta realidade, com o número de adeptos a crescer continuamente, tal como os atletas desta modalidade. 2021 ficará para a História como o ano da estreia de vários eventos: a **1ª Taça de Portugal Feminina JSC de Ciclismo, a 1ª prova da Taça de Portugal de Cadetes – Zona B, a 1ª Taça de Portugal de Enduro e a Taça de Portugal Jogos Santa Casa de Ciclismo.**

Há já alguns anos que temos uma forte presença nesta modalidade através da parceria com a Federação Portuguesa de Ciclismo. A este apoio juntam-se, ainda, os patrocínios à Seleção Nacional Sénior Feminina, o Naming Sponsor da Taça de Portugal de Estrada Feminina e o Naming Sponsor do Campeonato Nacional de Estrada de Ciclismo Feminino. Estes apoios são bastante representativos da aposta na igualdade de género no desporto, estando em preparação o crescimento do calendário competitivo feminino, em conjunto com a federação.

Voltámos a estar na **Volta a Portugal de Bicicleta**, um dos maiores e mais acarinhados eventos desportivos realizados em território nacional. Neste ano assumimos o papel de Patrocinador da Camisola da Juventude (símbolo das futuras esperanças do desporto e da elite do ciclismo), assim como de Patrocinador do Prémio Melhor Português, que incluía a atribuição de uma recompensa diária ao ciclista nacional que melhor se classificava em cada etapa.

Em ano de realização de Jogos Paralímpicos, de referir ainda que nos constituímos Main Sponsor nacional dos **Mundiais de Paraciclismo**, que se disputaram em junho de 2021, em Cascais.

CANOAGEM

Enquanto Patrocinador Principal da Federação Portuguesa de Canoagem, apoiamos o maior evento internacional da modalidade organizado em Portugal, o **Campeonato do Mundo de Sub 23**, realizado no Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, em setembro. Nesta disputa, na qual participaram mais de 900 canoístas oriundos de 56 países, a seleção portuguesa obteve um recorde de 24 finais, das quais resultaram uma medalha de ouro e uma de prata nos Mundiais de juniores e sub-23.

Atleta apoiado pelos JSC torna-se campeão da Europa em paracanoagem

Norberto Mourão, atleta da Seleção Nacional de Paracanoagem, foi um dos heróis nacionais de 2021, ao subir ao pódio em todas as provas internacionais onde competiu na categoria de VKL2.

Além de se ter sagrado campeão da Europa em Paracanoagem, conquistou uma medalha de bronze nos Jogos Paralímpicos de Tóquio, naquela que foi a sua primeira participação paralímpica.

REMO

Cientes de que a modalidade de Remo de Mar é estratégica para a Federação Portuguesa de Remo, fomos os Patrocinadores Oficiais do Mundial de Remo de Mar, que decorreu na praia da Torre, em Oeiras. Com este patrocínio pretendeu-se contribuir para o crescimento e afirmação desta nova vertente da modalidade, sem esquecer a captação de novos talentos.

Além da inegável importância da prova, o Mundial de Remo de Mar teve a particularidade de ter sido a primeira grande competição desta modalidade em período de "desconfinamento", contando com a presença de 1.024 remadores, oriundos de 34 países.

FUTEBOL

A associação da nossa marca à Federação Portuguesa de Futebol remonta a 2012, uma ligação que se traduziu, em 2021, no apoio à **Seleção Nacional** no Campeonato Europeu e à presença na **Taça de Portugal PLACARD.**

Mas o apoio a esta modalidade foi ainda mais abrangente. À semelhança do que sucedeu no ano anterior, os eventos desportivos decorreram num contexto atípico aos condicionamentos e restrições impostas e foi nesta conjuntura tão particular que assinámos, pela primeira vez, um contrato de patrocínio com a Federação no âmbito do "e-Football" para apoio ao **Masters e-Footbal**.

- **ANDEBOL**

O apoio a esta modalidade não é inédito: desde 2018 que as marcas JCS e PLACARD estão associadas à Federação Portuguesa de Andebol. O primeiro, como Patrocinador Oficial da Seleção Nacional; o segundo dá o seu nome ao Campeonato. Como resultado, direto ou indireto, a Seleção Nacional de Futebol alcançou o 10º lugar no Mundial, a melhor classificação de sempre, reforçando o slogan então escolhido: "O futuro está de mãos dadas com a Seleção".

- **SURF**

Remonta a 2017 o início do nosso patrocínio à etapa portuguesa de Ondas Gigantes do World Suf League, na Nazaré, naquele que é mais um exemplo da estratégia dos JSC no apoio aos mais importantes eventos desportivos a decorrer em território nacional. O Nazaré Tow Surfing Challenge 20/21 presented by Jogos Santa Casa ocorreu em dezembro, estando ainda bem presentes na memória as ondas gigantes com 12 a 15 metros.

- **EQUITAÇÃO**

Com o objetivo de promover a prática do hipismo na sociedade - não apenas com o pendor competitivo, mas também como fator de inclusão, tornando esta modalidade mais acessível aos jovens praticantes -, asseguramos o estatuto de Patrocinador Principal da Federação Equestre Portuguesa (FEP).

Um dos grandes objetivos deste novo patrocínio consistiu em integrar Portugal no circuito dos grandes eventos internacionais, assim como potenciar as competições já existentes, incluindo as disciplinas das categorias seniores.

Maratona Virtual Solidária Jogos Santa Casa

Com os eventos de massas muito limitados devido à situação pandémica, os JSC uniram-se à Runporto na realização da 1ª edição da Maratona Virtual Solidária Jogos Santa Casa, no fim-de-semana de 10 e 11 de julho.

Esta edição especial, que decorreu exclusivamente *online*, teve como mote a obtenção de fundos para a Associação do Porto de Paralisia Cerebral.

O ano da continuidade para a marca PLACARD

Apesar de 2021 ter sido mais um ano claramente afetado pela pandemia, foi igualmente um ano de continuidade na estratégia que tinha sido definida para a nossa marca PLACARD. Com a retoma progressiva das competições e com o reforço dos conteúdos nas redes sociais deste jogo, a visibilidade da marca foi sendo garantida e reforçada, atendendo ao contexto que se vivia.

Atualmente, a marca PLACARD dá *naming* das seguintes competições:

- Taça de Portugal PLACARD (Futebol)
- Campeonato PLACARD Andebol-1
- Liga Futsal PLACARD;
- Taça de Portugal PLACARD (Futsal);
- Supertaça PLACARD (Futsal);
- Taça da Liga PLACARD (Futsal);

5.2.2.2. O nosso apoio à educação

Mantendo o compromisso de promover a Responsabilidade Social e a Educação, voltámos a apoiar os atletas que conciliam as suas atividades desportivas com a vertente académica, num esforço que deve ser incentivado e que merece todo o reconhecimento.

Pelo 9º ano consecutivo, e novamente em parceria com o Comité Olímpico de Portugal (COP) e o Comité Paralímpico de Portugal (CPP) – lançámos mais uma edição do **Programa de Bolsas de Educação**, dirigido aos atletas que estão integrados nos programas de preparação olímpica, paralímpica ou surdolímpica, conciliando a sua atividade académica com a carreira desportiva.

Ao adotar o nome "IMPULSO", este programa assumiu a sua verdadeira vocação e objetivos: impulsionar todos os atletas, sem exceção, a prosseguirem os seus estudos em simultâneo com a carreira desportiva, evitando o afastamento prematuro do desporto de alto rendimento ou o abandono precoce dos estudos.

Desde que foram criadas, foram já atribuídas 325 Bolsas de Educação, das quais 54 em 2021, o equivalente a 148 mil euros.

Mas o investimento na área da Educação não ficou por aqui e corporizou-se também no apoio ao **Clube de Criativos de Portugal**, uma organização sem fins lucrativos que tem como propósito premiar o que de melhor se faz em território nacional, em áreas como a publicidade, eventos, marketing relacional, entre outras. Em 2021, assumimos novamente a responsabilidade do **Grande Prémio da Criatividade** - situação que se repete pelo quarto ano consecutivo -, com o **XXIII Festival e VIII Semana Criativa de Lisboa** a homenagearem aqueles que conseguem demonstrar que a criatividade continua a ser a melhor (e talvez a única) ferramenta de que os seres humanos dispõem para se adaptarem e superarem as mudanças que inevitavelmente ocorrem.

No âmbito deste patrocínio foi possível integrar três jovens utentes da SCML no contingente de voluntários da Semana Criativa e, em cumprimento do nosso desígnio de promover e apoiar o talento jovem em Portugal, foram proporcionadas novas oportunidades de carreira aos vencedores dos desafios lançados neste concurso.

5.2.2.3. Proximidade

Pelo segundo ano consecutivo, a pandemia por covid-19 voltou a condicionar fortemente a época natalícia, com eventos a serem cancelados um pouco por todo o país. Empenhados em não deixar morrer a magia do Natal e em transmitir uma mensagem de esperança, promovemos a realização de três mercados em diferentes pontos de Portugal, aumentando, em simultâneo a visibilidade e notoriedade das Lotarias Clássica e Popular de Natal e Ano Novo.

- **Praça de Natal JSC - Gaia**

  Localizada no Jardim do Centro Cívico, com inúmeras atrações de entrada gratuita para as famílias (como Carrosséis, Comboio de Natal, Casa do Pai Natal, Mercado de Natal, Pista de Gelo e Árvore de Natal), a Praça de Natal voltou a ser um ponto de paragem obrigatória no norte do país.

- **Wonderland**

  Pela quinta vez consecutiva o "Wonderland Lisboa" regressou ao coração da capital, o Parque Eduardo VII, permitindo que milhares de lisboetas (e não só) desfrutassem de tantas e tão diferentes atrações como a Pista de Gelo e a Árvore de Natal, atuação de Fanfarra e de personagens alusivas ao Natal, entre muitas outras.

  Considerado já o mercado de Natal de referência da região de Lisboa, o Wonderland voltou a cumprir a tradição e, à semelhança do que tem sucedido desde a sua primeira edição, desenvolveu a ação **"Um presente a mais para quem tem menos"**, destinada a angariar brinquedos que são, posteriormente, entregues às crianças da SCML.

- **Um Sonho de Natal – Portimão**

  Pela primeira vez, marcámos presença num mercado de Natal no sul do país, uma decisão que permitiu apoiar uma zona fortemente afetada pela situação pandémica. Durante um mês, este mercado conseguiu trazer alguma harmonia e felicidade aos algarvios, proporcionando aos visitantes e famílias o usufruto gratuito de uma pista de gelo, casa do Pai Natal, comboio de Natal, mercado tradicional, entre outros.

5.2.3. Reconhecimentos

Com a Missão que nos compete e com o valor que criamos, estamos cientes que representamos muito mais do que o nosso nome indica: somos sinónimo de recreação e simultaneamente responsabilidade para com os nossos apostadores, apoio aos que mais precisam, compromisso para com a sociedade e inovação constante. Valores que há muito transpuseram as fronteiras e que merecem um amplo reconhecimento, interno e externo.

Uma lotaria especial, de bandeira espanhola, dedicada à SCML

O trabalho realizado ao longo dos cinco séculos de existência da Misericórdia de Lisboa em prol dos valores sociais e da promoção das Boas Causas serviu de inspiração ao lançamento de uma lotaria especial por parte da Organización Nacional de Ciegos de España, em maio passado. Com a emissão de 5.500.000 bilhetes, ilustrados com a imagem da fachada da sede da Santa Casa e com o lema "Cinco Séculos de Boas Causas", esta lotaria representou o reconhecimento internacional ao trabalho desenvolvido pela instituição portuguesa.

Mas o reconhecimento além-fronteiras não ficou por aqui. Na sessão de lançamento, os responsáveis pela ONCE enalteceram publicamente a intervenção social da Misericórdia de Lisboa, divulgando o contributo que é dado nas diferentes fases da vida dos cidadãos, atenuando situações de desigualdade e de carência socioeconómica, e combatendo a vulnerabilidade e exclusão social.

Composto por um conjunto de entidades e sociedades espanholas, o Grupo Social ONCE procura, por um lado, alcançar a autonomia pessoal e a plena inclusão social de pessoas cegas, mediante a prestação de serviços sociais especializados. Por outro lado, desenvolve um importante trabalho com pessoas com outras deficiências, através da formação, emprego e acessibilidade universal.

Prémios Marketeer: Euromilhões vence na categoria "Jogos da Sorte"... pela quinta vez

A conhecida máxima "não há duas sem três" ganhou uma importância acrescida em julho de 2021, quando **"o jogo mais excêntrico do país" voltou a vencer, pela quinta vez consecutiva, uma das mais importantes categorias dos Prémios da Marketeer,** que reconhecem anualmente o que de melhor se faz nas áreas da Comunicação, Marketing e Publicidade em Portugal.

Integrado na categoria "Jogos da Sorte", o mesmo grupo onde a Raspadinha também figurava no top três e onde estavam ainda outros dois jogos sociais do Estado (o Totobola e o PLACARD), foi "o criador de excêntricos" Euromilhões que ganhou a distinção na 13ª edição destes prémios.

Prémios à parte, o reconhecimento dos JSC por parte dos portugueses é incontestável: afinal, apesar da lista de nomeados resultar de um cruzamento de avaliações entre a redação e o Conselho Editorial da revista Marketeer, são os votos (e o apoio) dos leitores que determinam os vencedores. E pela quinta vez, o Euromilhões voltou a ganhar!

Euromilhões, a marca mais relevante do ano

Além do prémio atribuído pela revista Marketeer, o "criador de excêntricos" conquistou um novo título em 2021: o da marca mais relevante do ano, um reconhecimento que resultou de um estudo da RepScore, que envolveu 50 mil cidadãos.

Ao longo de 52 semanas, mais de 2.000 marcas nacionais foram objeto de análise e comparação, com base numa metodologia que avalia o Posicionamento da Marca (identificando e explorando todos os valores e atributos referidos espontaneamente) e a sua Reputação.

O resultado não deixa margem para dúvidas: o Euromilhões foi distinguido como a marca mais relevante de 2021, uma conclusão particularmente importante atendendo a que este é o único estudo em Portugal cuja metodologia está certificada e em conformidade com as normas de gestão de marca ISO10668 (avaliação financeira de marca) e ISO20671 (avaliação de estratégia e força de marca).

5.2.4. Como Comunicamos

AS NOSSAS CAMPANHAS

RELANÇAMENTO DA CAMPANHA #GanhamosTodos

O contexto de pandemia e os sucessivos confinamentos que se prolongaram no decurso do primeiro semestre de 2021 determinaram o lançamento, no início de março, de uma segunda vaga da nossa campanha de marca. Com o slogan **#GanhamosTodos**, esta ação permitiu recordar os portugueses qual o nosso verdadeiro desígnio, relembrando que estamos próximos não só de quem aposta, mas também das diversas entidades que beneficiam do apoio dos nossos jogos.

"NESTE EUROPEU FICA ATENTO AOS SINAIS"

Inicialmente previsto para 2020, o Campeonato Europeu de Futebol acabou por ser "empurrado" para o ano seguinte. Com os adeptos sedentos pelo início do campeonato, depois de um ano sem competições, foi lançada uma campanha multimeios no mês de junho, precisamente durante a realização do EURO 2020. Utilizando o slogan "**Neste Europeu fica atento aos sinais**", a campanha do PLACARD apelou para a associação de diversos sinais ao ato de apostar num país.

"SEMPRE TIVESTE MUITO FUTEBOL NOS DEDOS"

Para reforçar o posicionamento da nossa marca PLACARD e aproveitando o início da época desportiva, o conceito criativo "**Sempre tiveste muito futebol nos dedos**" foi colocada nas ruas, no âmbito de uma nova campanha multimeios.

"O DESPORTO TEM TODO O NOSSO APOIO"

Em vésperas do início do Campeonato Europeu de Futebol e dos Jogos Olímpicos de Tóquio, lançámos uma campanha institucional destinada a relembrar os portugueses que a marca apoia, hoje e sempre, o desporto nacional.

Sob o já conhecido slogan "o desporto tem todo o nosso apoio", a campanha foi para as ruas a 4 de junho, precisamente no dia do jogo amigável entre Portugal e Espanha. "Às portas" do Campeonato Europeu de Futebol, de 11 de junho a 11 de julho, e dos Jogos Olímpicos, com início agendado para 23 de julho, este foi o contexto ideal para reafirmar o nosso apoio ao desporto nacional.

A campanha multimeios – com presença em televisão, rádio, imprensa, internet e exteriores - esteve no ar até final do ano, com vários atletas olímpicos a figurar no filme publicitário.

A SORTE NÃO TIRA FÉRIAS

Nos cinco primeiros meses do ano a comunicação do Euromilhões centrou-se numa vertente mais institucional, apostando no conceito "Todos ganham". Mais tarde, a partir de junho, foi retomada a comunicação dos valores da própria marca, alicerçados no conceito de excentricidade. Nasceram, assim, as campanhas táticas assentes na temática do verão.

"A sorte não tira férias" foi o conceito criativo que serviu de base à comunicação do Euromilhões, relembrando os portugueses de que as férias são o momento perfeito para se apostar. A comunicação - mais emotiva e focada na diversidade de destinos, nas experiências e na possibilidade de se poder prolongar as férias por uns anos - permitiu criar seis vagas de comunicação com diferentes temáticas.

Esta estratégia permitiu ainda integrar e destacar diversos momentos de comunicação, com destaque para a Sexta-Feira 13 de agosto e o sorteio especial do Super Jackpot Mínimo Garantido de 130 milhões de euros (a 24 setembro), contrariando a sazonalidade das vendas associada ao período de verão.

A retoma da comunicação dos valores da marca veio revitalizar e sustentar as campanhas regulares de jackpots, um caminho estratégico que tem sido explorado com sucesso ao longo dos últimos anos.

"SÓ AQUI ENTRE NÓS, NO TOTOLOTO PODE GANHAR MUITO COM MUITO POUCO"

As principais alterações introduzidas no Totoloto foram comunicadas através de adaptação da campanha publicitária que já havia sido lançada no final do ano de 2020, e que retomou a assinatura tradicional do jogo: "**É fácil. É barato. Dá milhões**". À conhecida frase juntou-se uma nova mensagem: "**Só aqui entre nós, no Totoloto pode ganhar muito com muito pouco**", que pretendeu assim reforçar as principais características deste jogo, relacionando-o com manifestações de vários sonhos, concretizáveis com o jackpot do Totoloto.

Mantendo esta base criativa, procedeu-se à divulgação do sorteio especial - com um "**JACKPOT EXTRA + 5 MILHÕES DE EUROS**" no concurso de 30 outubro de 2021, com o valor do jackpot a ascender aos 6,4 milhões de euros.

"NEM SEMPRE SABEMOS A SORTE QUE TEMOS"

Sem dúvida que a maior campanha do ano foi dedicada à tradicional **Lotaria Clássica do Natal** e decorreu de 6 a 27 de dezembro, em todos os meios de comunicação de forte cobertura nacional.

Recorrendo a uma frase comum, mas repleta de significado, a campanha privilegiou valores como a família, os amigos, os colegas e todos aqueles que nos são mais próximos, incentivando os portugueses a relativizarem os estados de alma menos positivos e a valorizarem a sorte pelo que têm.

A campanha - emotiva e alinhada com o tom que reina na época natalícia - reforçou os valores associados a esta quadra. E ao enaltecer a partilha, a proximidade, a gratidão, a valorização, a esperança, a memória e a tradição, associou estes sentimentos ao ADN da própria instituição.

Jogos Santa Casa

A importância das redes sociais é inegável: aproxima quem está longe, conquista e permite o *engagement* das pessoas para que interajam com as marcas, constituindo um excelente canal de relacionamento com os cidadãos. A comunidade de seguidores nas nossas redes sociais não tem parado de aumentar e os resultados não deixam margens para dúvida: a presença dos JSC nas redes já criou uma comunidade próxima e fiel, que não prescinde desta nova forma de comunicação.

Nº DE SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS DOS JSC	
Facebook	17.975
Instagram	10.561
YouTube	450
TOTAL	**28.986**

A aposta numa comunicação contínua foi complementada com a ativação de patrocínios e parcerias nas redes sociais, mediante a divulgação do apoio ao desporto e de eventos a que nos associamos. Mas não só! Também a realização de passatempos (4), com oferta de bilhetes para os jogos da Seleção Nacional e outros benefícios, contribuiu para que a estratégia definida produzisse resultados: chegámos a cerca de **5,6 milhões de portugueses nas redes sociais**, com conteúdos que somaram 124 milhões de impressões e **mais de 300 mil interações**.

PLACARD

O mesmo sucedeu com o PLACARD, o nosso jogo de apostas desportivas à cota. O objetivo de utilizar as redes sociais para reforçar a ligação a um público mais ligado ao desporto resultou na consolidação de comunidades participativas e com taxas de interação muito elevadas.

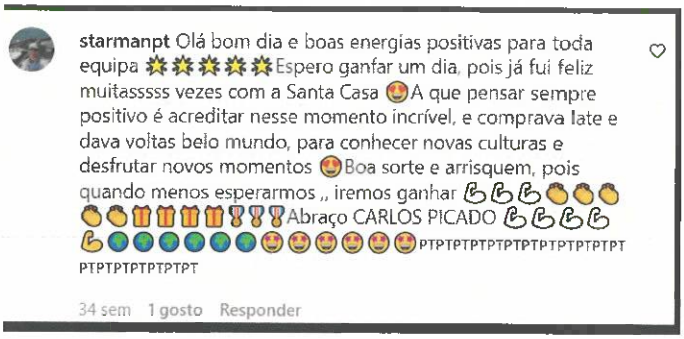
Tendo por base uma presença permanente centrada na atualidade desportiva, com conteúdos criados com base em acontecimentos ocorridos poucas horas antes, o PLACARD conseguiu chegar a **2,7 milhões de portugueses nas redes sociais**.

Com uma estratégia de passatempos diversificada (foram realizados 13 em 2021), assente na

ativação de patrocínios do produto (com oferta de bilhetes para jogos de competições patrocinadas pelo PLACARD, como foi o caso da Taça de Portugal de Futebol), mas também nos interesses da comunidade (subscrições de canais desportivos, televisores 4K, camisolas de futebol e basquetebol, entre outros), o nosso PLACARD encerrou o ano de 2021 com **mais de 350 mil interações** em conteúdos, os quais somaram **60 milhões de visualizações no Facebook e no Instagram**.

Nº DE SEGUIDORES DO PLACARD	
Facebook	10.918
Instagram	5.571
YouTube	32
TOTAL	**16.521**

Produzir conteúdos nas redes sociais, estabelecer um relacionamento próximo e estar sempre presente:



5.3 Inovação e Modernização

Modernizar e inovar continuam a ser as palavras-chave que movem a nossa instituição, ano após ano, obrigando-nos a estudar, a preparar novas formas de atuação e a melhorar a nossa oferta, atualizando plataformas e serviços. Em 2021, demos mais alguns passos neste caminho, recorrendo a métodos inovadores, implementando processos de melhoria do nosso negócio e acompanhando as tendências de mercado, de modo a responder eficazmente às solicitações dos nossos apostadores e mediadores.

TOTOBOLA E TOTOLOTO MAIS ATRATIVOS E DINÂMICOS

O Totobola e o Totoloto, dois dos nossos jogos com mais história, viram ser introduzidas alterações à sua forma de exploração. Estes jogos ficaram assim mais atrativos para os apostadores, que passaram a poder contar com um maior volume de prémios e uma nova dinâmica na sua atribuição.

TOTOBOLA

O Totobola tem manifestado uma extraordinária capacidade de se reinventar, fazendo face ao lançamento de jogos de apostas desportivas com dinâmicas bastante desafiantes.

Em setembro, entraram em vigor alterações com as quais se pretendeu cativar novos apostadores e reforçar a fidelização dos já existentes, ao aumentar a percentagem destinada a prémios de 60% para 65% e ao implementar mecanismos que vêm acelerar o crescimento dos ciclos de jackpot.

As alterações incidiram também sobre o preço da aposta, que passou de 0,40€ para 0,50€ e sobre as percentagens de cada uma das 4 categorias de prémios

Estas alterações vieram acentuar a boa performance que este nosso jogo tem vindo a demonstrar, permitindo, numa comparação com o período homólogo de 2020 (concurso 39 a 52), um crescimento de 26% na receita dos concursos normais e de 40% nos concursos extraordinários.

O Projeto de Reformulação do Totoloto pressupõe dar resposta às necessidades dos atuais e potenciais apostadores, reposicionando igualmente a marca para poder continuar a conquistar ou fidelizar novos apostadores.

Em 2021 foi lançada a primeira fase deste projeto (concurso de 23 de outubro) que atualizou o preço por aposta para 1,00€ e criou o "Jackpot Extra", através da possibilidade de realização de sorteios especiais com incremento do valor associado à primeira categoria de prémios do Totoloto.

Esta alteração trouxe inovação e maior dinamismo ao jogo, com jackpots ainda mais aliciantes e um aumento proporcional do valor de todas as categorias de prémios, mantendo-se inalteradas as restantes características do modelo de jogo.

EVOLUÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL ÚNICO DE PRÉMIOS

O ritmo da evolução das tecnologias de informação, assume-se mais uma vez como a alavanca na execução dos nossos projetos. Desta feita, foram agora dados os primeiros passos paro o lançamento do Sistema Operacional Único de Prémios (SOUP), responsável pelo processamento e gestão dos prémios de todo o portefólio de jogos.

A fase zero deste projeto assentou na evolução tecnológica, sem impactos operacionais e trazendo os conhecidos benefícios de garantia da continuidade de negócio, minimização de custos de manutenção e melhorias de performance.

Fechado este capítulo em 2021, é possível avançar com a segunda fase, que irá assegurar o desenvolvimento de um conjunto de novas funcionalidades que irão dotar-nos de total autonomia na gestão de toda a informação necessária para a gestão do dia a dia dos prémios, em todos os canais de jogo.

UPGRADE DO SISTEMA DE SUPORTE AO JOGO PLACARD

Projeto alinhado com a estratégia de melhoria contínua, veio promover a substituição e modernização do sistema que dá suporte à exploração e gestão do nosso jogo PLACARD.

Esta evolução tecnológica veio sobretudo robustecer o nosso sistema e antecipar a sua capacidade técnica de receber informação dos eventos desportivos de sistemas externos, também estes em constante evolução.

Uma vez assegurada esta modernização, além da melhoria de performance e da fundamental garantia de continuidade de negócio, ficam estabelecidas as condições para arrancar com novos projetos nomeadamente o aumento da oferta com novas modalidades e melhorias ao nível da gestão, mais concretamente no reporting.

DESMATERIALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CANDIDATURAS PARA NOVOS MEDIADORES

Em 2021 foi finalizado o projeto de desmaterialização dos processos de candidaturas para novas mediações dos JSE, tendo sido feitas as adaptações necessárias para a disponibilização integral de candidaturas através de uma plataforma desenvolvida para o efeito.

Tem como objetivo simplificar processos e procedimentos, preservar a informação e eliminar a utilização do papel, diminuindo custos e apostando em metodologias de trabalho mais sustentáveis financeira e ambientalmente.

Capítulo 6

Resultados

6.1 Rendimentos

O ano que passou foi já um ano de retoma, mas longe da desejada recuperação integral por ter sido ainda fortemente marcado pelas consequências da pandemia por covid-19: um início de ano gravemente afetado por um elevado número de casos de infeção e, ao longo de todo o ano, sucessivas medidas restritivas do comércio e circulação de pessoas, apenas com algum alívio nos últimos meses.

A nossa atividade regressou às variações positivas, embora sem alcançar a trajetória que nos levou aos números atingidos em 2019. Após um ano de acentuada queda de rendimentos, menos 17,7% em 2020 face a 2019, em 2021 os jogos sociais registaram um aumento de 3,7%, o que corresponde a um total de rendimentos de 745 milhões de euros, mais 26 milhões do que no ano anterior.

Tabela 2: Rendimentos JSC: 2019 - 2021
(milhões de euros; %)

	2019	2020	2021	Var. 2021 / 2020
Vendas brutas dos Jogos (1)	**3.360**	**2.768**	**2.900**	**4,8%**
Deduções (2)	**2.493**	**2.060**	**2.166**	**5,2%**
Prémios	2.058	1.703	1.795	5,4%
Rem. mediadores pagas p/ jogadores	255	210	219	4,2%
Dedução p/ atribuição de Receita	35	28	28	-1,0%
Imposto do Selo s/ jogo	145	119	125	4,8%
Vendas líquidas dos Jogos (1)-(2)	**867**	**709**	**733**	**3,5%**
Outros Rendimentos (líquidos de regularizações de financiamentos FREM*)	2	10	12	14,3%
TOTAL	**868**	**719**	**745**	**3,7%**

Vendas Brutas

Ainda sob o impacto de condicionalismos e de medidas de contingência que, sobretudo, afetaram o comércio físico, onde reside a nossa grande base de apostadores, as nossas vendas brutas, em 2021, foram de 2.900 milhões de euros, o que se traduziu num aumento de 4,8% em relação a 2020. Este crescimento, correspondeu, em volume, a mais 132 milhões de euros de vendas do que no ano anterior.

Esta variação, apesar de aquém do estimado antes de se perspetivar o prolongar da crise pandémica e insuficiente para superar as perdas de 2020 de 591,4 M€ (-17,6%) em relação a 2019, resulta de uma tendência de recuperação manifestada ao longo dos últimos meses de 2021, esperando-se que mesma se venha a afirmar ao longo de 2022. Recorde-se que no final do primeiro trimestre de 2021, se registava ainda uma perda homóloga de vendas de 7,3%.

Tabela 3 - Evolução das Vendas JSC, por Jogo: 2019 – 2021
(milhões de euros; %)

	2019	2020	2021	Var. 2021 / 2020
Vendas Brutas JSC	**3.360**	**2.768**	**2.900**	**4,8%**
Apostas Mútuas	931	749	812	8,5%
Totobola	5	4	6	60,5%
Totoloto	100	101	118	17,3%
Euromilhões e M1lhão	825	644	688	6,9%
Lotaria Nacional	76	72	70	-2,7%
Lotaria Clássica	52	46	44	-4,6%
Lotaria Popular	25	26	26	0,6%
Lotaria Instantânea	1.718	1.440	1.515	5,2%
Placard	634	507	502	-1,0%

As Apostas Mútuas registaram em 2021 uma performance assinalável, com todos os jogos que compõem esta categoria a apresentar subidas de vendas. Aqui destaca-se o aumento de 60,5% nas vendas do Totobola e de 17,3% nas vendas do Totoloto. Em ambos os casos, um dos fatores de crescimento reside nas alterações introduzidas nos jogos entre setembro e outubro de 2021, tornando-os mais atrativos e notórios através das campanhas associadas. Igualmente em ambos os jogos, as alterações incluíram um incremento do preço da aposta, com efeito globalmente positivo no volume de vendas.

No caso do Totobola, o crescimento registado é também explicado pelo facto de, em 2020, ano base de comparação, terem sido cancelados inúmeros eventos, o que levou à suspensão de concursos durante um alargado período de tempo. Como medidas ativas de promoção de vendas, destaca-se a estratégia de incrementar a quantidade de concursos extraordinários (de 31 concursos em 2019 para 41 em 2021), com o objetivo de oferecer dois concursos semanais sempre que possível e o lançamento da campanha comemorativa dos 60 Anos deste jogo.

Para o crescimento do Totoloto contribuiu também a nova campanha de posicionamento da marca e prolongadas acumulações de jackpots.

No caso do Euromilhões e M1lhão há que referir que, não obstante o comportamento positivo de 2021, o volume de vendas se manteve abaixo do verificado em 2019.

A Lotaria Nacional obteve um desempenho global desfavorável, devido à variação negativa das vendas da Lotaria Clássica, inteiramente explicada pelo facto de, em 2021, se ter realizado menos uma extração de grande impacto, a Lotaria de Fim-de-Ano. Excluindo este efeito, as vendas teriam sido superiores às do ano anterior.

Por outro lado, a Lotaria Popular registou um crescimento, ainda que moderado, das suas vendas brutas na ordem dos 0,6%, relativamente a 2020, e de 5,7% em relação a 2019. Para tal,

terá contribuído a continuidade das campanhas "Apelidos Portugueses" nas extrações ordinárias e "As famílias mais populares de Portugal", que já em 2020 tinham obtido excelentes resultados, pela identificação gerada junto dos apostadores

Relativamente à Lotaria Instantânea, fortemente dependente das vendas de base territorial, a par do regresso a alguma normalidade no acesso aos nossos mediadores, foram determinantes as ações implementadas nos últimos meses do ano para ultrapassar o mau desempenho verificado até abril, quando a variação homóloga acumulada era de -6,4%. O crescimento de 5,2% fica, assim, a dever-se ao lançamento de uma oferta diversificada de novos jogos no decurso do 2021, à renovação da imagem de determinadas famílias de jogos base do portefólio, à otimização de alguns planos de prémios e à promoção de novas mecânicas de atribuição dos mesmos.

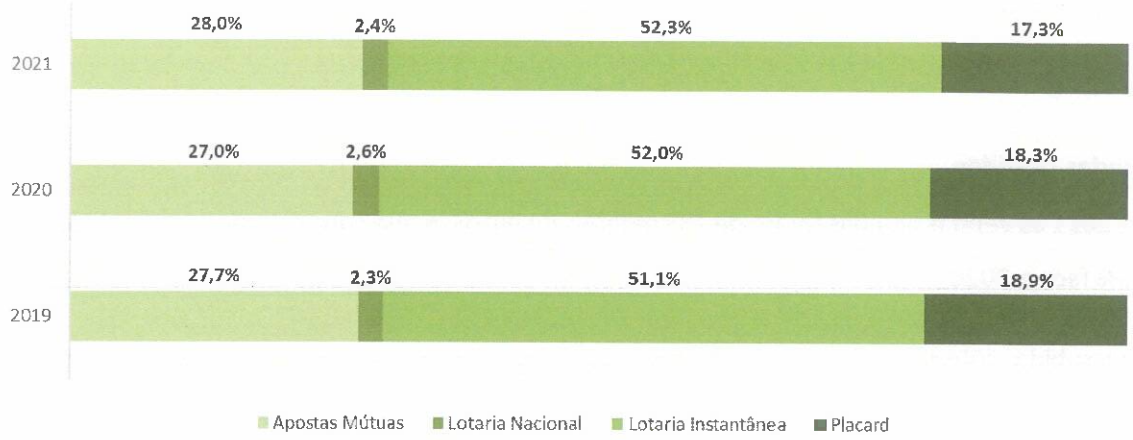
Quanto ao PLACARD, as estimativas para 2021 apontavam no sentido da recuperação dos seus principais indicadores (receita de apostas, apostadores ativos), após a boa performance verificada no quarto trimestre de 2020 e num contexto previsível de menores constrangimentos decorrentes da pandemia.

Contudo, estas expectativas não se concretizaram e os principais indicadores mantiveram a sua trajetória descendente, com a receita de apostas a registar menos 1,0% e os apostadores ativos a serem menos 3,0% em relação a 2020, acentuando assim a quebra do PLACARD relativamente ao período pré-pandemia (2019). Esta inversão da trajetória de crescimento explica-se, quer pela total dependência das vendas realizadas na rede física, fortemente penalizadas por prolongados períodos de confinamento, quer pela instabilidade que novamente ocorreu nas principais competições desportivas a nível mundial.

A forma como evoluíram os diferentes jogos repercutiu-se, necessariamente, na estrutura de vendas.

Neste último ano, uma nota positiva para o ganho de importância das Apostas Mútuas, que passaram de uma representatividade de 27,0% para 28,0%. Este, em conjunto com o ganho relativo da Lotaria Instantânea, que passou de 52,0% para 52,3%, determinaram as perdas relativas da Lotaria Nacional, de 2,6% para 2,4%, e do PLACARD, que registou a maior perda de representatividade, passando de um peso de 18,3% para 17,3%, o que vem acentuar o que já se verificou entre 2019 e 2020.

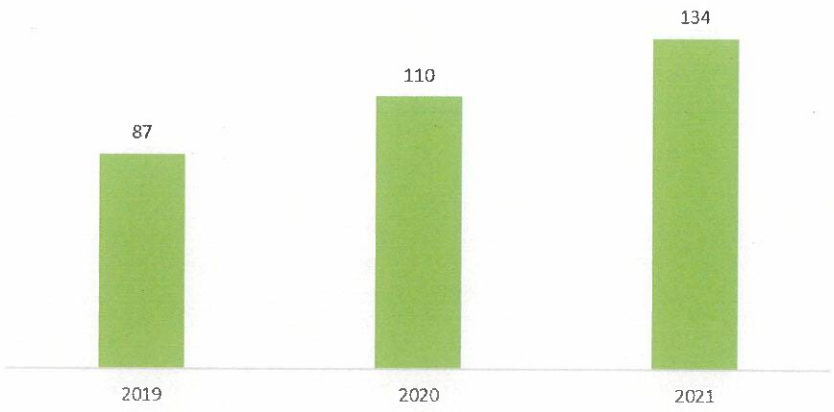
Gráfico 4- Estrutura de Vendas JSC: 2019 – 2021
(%)



No que se refere à distribuição das vendas por canal, assistiu-se em 2021, ainda que em ritmo de abrandamento, a um reforço significativo do peso do canal digital, cujas vendas se mantiveram impulsionadas pelos efeitos das medidas de confinamento. Neste canal, as vendas registaram um aumento de 21,5%, passando o digital a representar 4,6% das vendas totais, mais 0,6 p.p. do que em 2020. Na rede física o aumento das vendas foi de apenas 4,1%.

As vendas digitais perfizeram, desta forma, 134 milhões de euros, mais 24 milhões de euros do que que em 2020. O jogo com maior percentagem de procura através dos meios digitais continua a ser o Totobola, com 17,8% das suas vendas a serem registadas via Portal JSC.

Gráfico 5 - Evolução das Vendas Brutas nos Canais Digitais JSC: 2019 - 2021
(milhões de euros)



Relativamente à forma de registo de aposta, continua em crescendo o sucesso alcançado pela medida implementada em 2018, que permitiu a introdução do *QR Code* para registo de apostas

PLACARD na nossa rede de mediadores, tendo este mecanismo representado 76,8% do total de registos de aposta efetuados em 2021. Esta preferência traz evidentes benefícios em termos de sustentabilidade, quer financeira, quer ambiental.

Vendas Líquidas

Em 2021 as vendas líquidas foram de 733 milhões de euros, o que corresponde a uma subida de 3,5% face a 2020.

Esta subida, inferior à das vendas brutas, prende-se com o aumento da parcela de vendas destinada a prémios, que passou a ser de 60,7%, quando em 2020 foi de 60,1%. Em consequência, o aumento do montante de prémios foi de 5,4%, bastante acima do que se verificou nas vendas brutas.

Todas as restantes componentes de dedução às vendas brutas cresceram a um ritmo inferior ou igual a estas: as remunerações cresceram 4,2%, as deduções legais às receitas das Apostas Desportivas diminuíram 1,0% e o imposto do selo aumentou 4,8%.

6.2 Gastos

Além da recuperação de vendas, conseguimos em 2021, um aumento significativo dos nossos níveis de eficiência, ao termos reduzido os gastos. Esta evolução resulta, por um lado, do abrandamento de gastos relacionados com infraestruturas tecnológicas, face a ajustamentos já anteriormente implementados como resposta a exigências de exploração que, pela dimensão que atingiu e pelo grau de integridade que foi necessário assegurar, implicaram no passado gastos relevantes em, por exemplo, manutenção de terminais e suporte aos sistemas de jogo. Por outro, é fruto das medidas de mitigação de risco que têm vindo a ser implementadas e que reforçam a salvaguarda dos nossos ativos.

Neste último ano os gastos desceram 4,1%, situando-se em 97 milhões de euros[3].

As variações que mais contribuíram para esta descida foram, em primeiro lugar as verificadas nas imparidades, seguidas das verificadas na constituição de provisões para processos judiciais e na prestação de serviços técnicos, excetuando os relacionados com trabalhos especializados de informática. Teve ainda um impacto positivo a redução dos gastos com pessoal.

Em sentido contrário, destaca-se o aumento dos gastos em publicidade e patrocínios, o que está diretamente relacionado com as campanhas de posicionamento que foram lançadas este ano, as campanhas regulares de jackpots e os valores investidos no âmbito das grandes presenças da marca JSC em 2021: Jogos Olímpicos e Paralímpicos Tóquio 2020 e Campeonato Europeu de Futebol 2020[4]. As restantes subidas de gastos a destacar são as relacionadas com as aquisições de licenças de software, manutenção de equipamentos e software e valorização das obrigações decorrentes de prémios do tipo "Pé de Meia" a pagar no médio e longo prazo.

Tabela 4: Gastos JSC: 2019 – 2021

(milhões de euros; %)

	2019	2020	2021	Var. 2021 / 2020
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	14	12	12	5,1%
Forn. e serv. Externos*	54	51	55	9,0%
Gastos com pessoal	21	21	20	-4,3%
Gastos deprec. e amortização*	0,3	0,2	0,2	-10,3%
Provisões do período	8	10	7	-28,0%
Restantes gastos e perdas	8	9	3	-64,6%
TOTAL	**104**	**102**	**97**	**-4,1%**

*Deduzidos dos montantes correspondentes à regularização de investimentos financiados através do fundo destinado ao financiamento da renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo

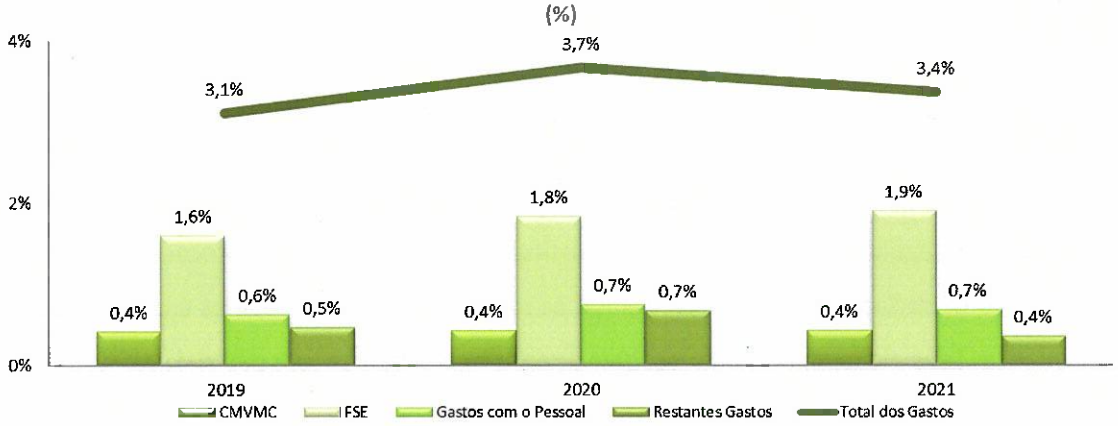
[3] Gastos deduzidos dos montantes de despesa e amortizações correspondentes a investimentos financiados através do FREM – Fundo de Renovação de Equipamento e Material

[4] Ambos os eventos, realizados com um ano de atraso devido ao adiamento provocado pela pandemia Covi-19

Como já referido, o nível de eficiência da nossa exploração melhorou de forma significativa face ao ano anterior, reforçando o nosso nível de elevada sustentabilidade, tendo o total de gastos representado 3,4% das vendas brutas. Em 2020 este indicador situou-se em 3,7%.

Esta melhoria teve, sobretudo, origem nas rubricas de "Restantes Gastos" onde se incluem as provisões, as imparidades e os gastos de natureza financeira. A natureza de gastos que agravou o seu peso, medido em função das vendas brutas, foi a de fornecimentos e serviços externos, onde se incluem a publicidade e fornecimentos de serviços de base tecnológica.

Gráfico 6: Gastos totais e por natureza em % das Vendas brutas: 2019 -2021



6.3 Resultados

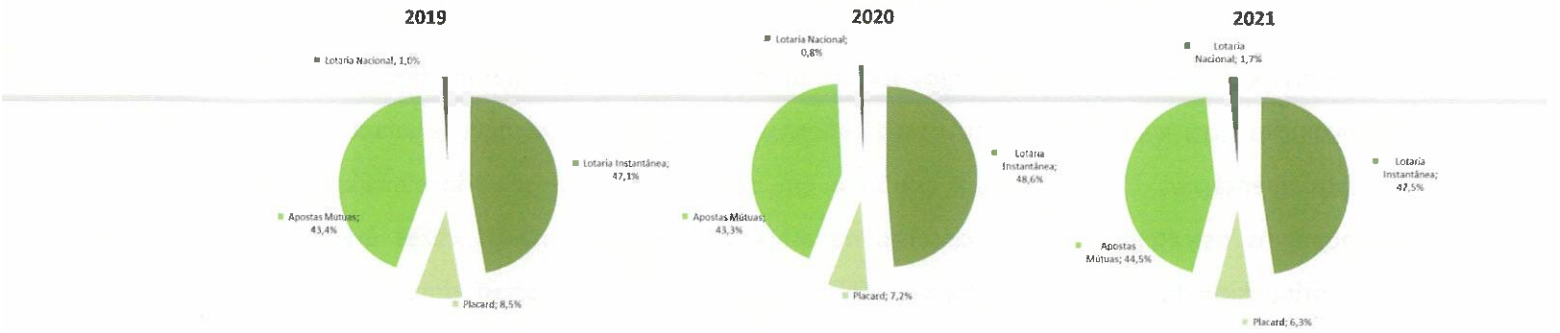
Na sequência das variações acima descritas nos rendimentos e gastos, os resultados líquidos de exploração atingiram, em 2021, o montante de 648 milhões de euros, o que se traduziu num aumento homólogo de 4,9%, ligeiramente superior ao aumento das vendas brutas. Ainda que distante dos níveis alcançados em 2019, é expectável que tenhamos iniciado, no último ano de exploração, um novo ciclo de crescimento.

Tabela 5: Resultados Líquidos e a Distribuir: 2019 - 2021
(milhões de euros; %)

	2019	2020	2021	Var. 2021 / 2020
Resultado líquido do período	775	617	648	4,9%
Fundo de Renovação do equipamento e material	11	9	10	8,5%
Resultado a distribuir	764	608	638	4,9%

A contribuição dos jogos para os resultados apresenta maior equilíbrio, com a Lotaria Instantânea a se manter como o jogo que mais contribuiu para a formação dos resultados, representando 47,5% dos mesmos e o reforço do peso conjunto das Apostas Mútuas que, em ritmo de crescimento, foi de 44,5%.

Gráfico 7: Pesos relativos por Jogo na formação dos Resultados Líquidos: 2019 - 2021
(%)



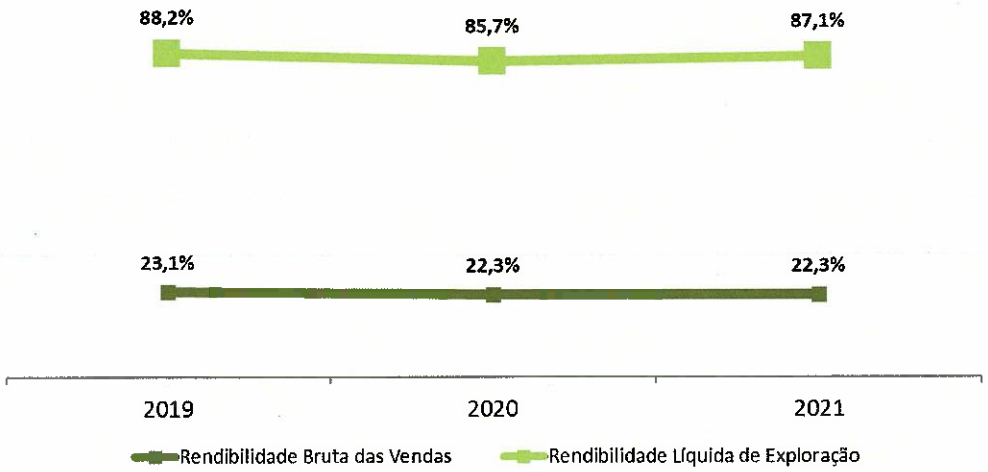
Também a Lotaria Nacional reforçou a sua contribuição para a formação dos resultados líquidos, pelo efeito do seu aumento individual de rendibilidade motivado pela acentuada diminuição dos valores destinados a prémios.

O PLACARD volta a reduzir a sua contribuição para a formação de resultados, igualmente, pelo impacto do valor destinado a prémios mas, neste caso, pelo seu aumento, e pela redução de vendas.

A evolução do nosso portefólio tem reflexos em termos de contribuição por jogo para a formação dos resultados, dados os impactos individuais ao nível da rendibilidade bruta das vendas. Contudo, as oscilações verificadas entre cada jogo equilibraram-se, tendo originado uma rendibilidade global de 22,3% igual à do ano anterior.

Por sua vez, a rendibilidade de exploração, medida com base nas vendas líquidas e anulado o efeito dos prémios caducados, apresenta, uma evolução bastante positiva, refletindo essencialmente a descida dos gastos de exploração face à subida das vendas líquidas. Em 2021 esta rendibilidade foi de 87,1%, tendo sido de 85,7% em 2020.

Gráfico 8: Níveis de rendibilidade JSC: 2019 – 2021



Os níveis de rendibilidade dos jogos sociais, bruta e líquida, apresentaram globalmente uma evolução positiva, mantendo-se como reflexo das exigentes mudanças e adaptações que implementámos. Tudo isto num contexto em que se tornou necessário conciliar com os objetivos estratégicos de crescimento da atividade, medidas, muitas vezes urgentes, de continuidade de negócio ajustadas às tendências manifestadas pelos apostadores, com os quais, mais do que nunca, é vital fortalecer continuamente a relação de integridade, confiança e modernidade na experiência de jogo.

Partindo destas premissas, e apesar do cenário desfavorável, mantem-se o objetivo de maximizar o retorno dos montantes investidos pelos portugueses em jogo, fazendo com que a sociedade como um todo, direta ou indiretamente, beneficie da redistribuição que resulta da exploração dos jogos sociais do Estado.

Nos resultados distribuídos aos beneficiários, em linha com a evolução dos resultados líquidos, verificou-se um aumento de 4,9%. O valor atribuído atingiu, assim, o montante de 638 milhões de euros, mais 30 milhões de euros do que o registado em 2020.

A parcela de resultados líquidos destinada à constituição do FREM - Fundo de Renovação do Equipamento é calculada através da aplicação de uma percentagem sobre as vendas de cada jogo. Este fundo é constituído para possibilitar o financiamento de investimentos futuros em modernização de equipamentos e infraestruturas necessários à exploração dos nossos jogos, tendo o mesmo um efeito equilibrador dos resultados líquidos.

Em consequência do aumento de vendas dos jogos que estão na base da sua constituição, o FREM registou um aumento, que em 2021 foi de 8,5%, tendo-se constituído 10 milhões de euros.

Em 2021, o investimento que realizamos em projetos nas áreas acima mencionadas ascendeu a 9 milhões de euros, o que, face ao valor constituído, permitiu uma variação positiva no saldo final do FREM.

Capítulo 7

Demonstrações Financeiras

Balanço

(euros)

	Notas	31-dez-2021	31-dez-2020
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	7.665.807	9.603.440
Ativos intangíveis	8	5.264.631	5.338.823
Participações financeiras - outros métodos	9	94.600	94.600
Outros investimentos financeiros	10	209.827.528	227.797.446
		222.852.567	**242.834.309**
Corrente			
Inventários	11	8.266.389	6.083.618
Mediadores	12	9.546.060	17.683.694
Estado e outros entes públicos	13	83.347	92.659
Outros créditos a receber	14	29.470.787	23.851.086
Diferimentos	15	6.549.960	4.708.518
Caixa e depósitos bancários	5	270.612.823	243.494.112
		324.529.366	**295.913.685**
Total do ativo		**547.381.933**	**538.747.994**
Capital próprio			
Fundo social	16	181.277	181.277
Outras variações no capital próprio	17	30.585.413	31.968.004
		30.766.690	**32.149.281**
Resultado líquido do período	18	647.588.188	617.104.725
Resultado distribuído aos Beneficiários	18	(637.694.489)	(607.985.128)
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	18	(9.893.699)	(9.119.597)
Total do capital próprio		**30.766.690**	**32.149.281**
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	130.421.306	124.013.617
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	20	2.143.211	3.308.162
Prémios a pagar	21	90.528.591	93.433.792
		223.093.107	**220.755.571**
Corrente			
Fornecedores	22	9.703.027	9.222.323
Estado e outros entes públicos	13	27.929.734	29.793.023
Prémios a pagar	21	29.830.407	38.082.126
Outras dívidas a pagar	23	225.427.423	208.181.677
Diferimentos	24	631.545	563.993
		293.522.136	**285.843.142**
Total do passivo		**516.615.243**	**506.598.713**
Total do capital próprio e do passivo		**547.381.933**	**538.747.994**

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

Demonstração dos resultados por naturezas

Rendimentos e gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	25	733.477.793	708.559.998
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(12.326.961)	(11.723.478)
Fornecimentos e serviços externos	27	(61.680.399)	(60.260.436)
Gastos com o pessoal	28, 20	(19.756.957)	(20.635.509)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	12	(972.431)	(6.022.129)
Provisões (aumentos/ reduções)	19	(6.407.688)	(9.373.769)
Aumentos/ reduções de justo valor	10	1.063	3.039
Outros rendimentos	29	20.688.042	25.360.275
Outros gastos	30	(2.110.868)	(2.273.457)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**650.911.594**	**623.634.534**
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(4.991.071)	(5.833.604)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**645.920.523**	**617.800.929**
Juros e rendimentos similares obtidos	31	1.667.665	62.424
Juros e gastos similares suportados	32	-	(758.629)
Resultado líquido do período		**647.588.188**	**617.104.725**

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

Demonstração das alterações no capital próprio

(euros)

	Fundo social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2020	**181.277**	**-**	**38.062.129**	**-**	**38.243.406**
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(6.094.125)	-	-6.094.125
	181.277	**-**	**31.968.004**	**-**	**32.149.281**
Resultado líquido do período	-	-	-	617.104.725	617.104.725
Resultado integral	**181.277**	**-**	**31.968.004**	**617.104.725**	**649.254.006**
Outras Operações					
Distribuições	-	-	-	(607.985.128)	-607.985.128
Outras operações	-	-	-	(9.119.597)	-9.119.597
	-	**-**	**-**	**(617.104.725)**	**-617.104.725**
31 de dezembro de 2020	**181.277**	**-**	**31.968.004**	**-**	**32.149.281**
1 de janeiro de 2021	**181.277**	**-**	**31.968.004**	**-**	**32.149.281**
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(1.382.591)	-	-1.382.591
	181.277	**-**	**30.585.413**	**-**	**30.766.690**
Resultado líquido do período	-	-	-	647.588.188	647.588.188
Resultado integral	**181.277**	**-**	**30.585.413**	**647.588.188**	**678.354.878**
Outras Operações					
Distribuições	-	-	-	(637.694.489)	-637.694.489
Outras operações	-	-	-	(9.893.699)	-9.893.699
	-	**-**	**-**	**(647.588.188)**	**-647.588.188**
31 de dezembro de 2021	**181.277**	**-**	**30.585.413**	**-**	**30.766.690**

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

Demonstração dos fluxos de caixa

(euros)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Mediadores	1.374.876.047	1.327.955.582
Pagamentos a fornecedores	(80.281.763)	(75.004.506)
Pagamentos ao pessoal	(11.443.532)	(9.643.039)
Caixa gerada pelas operações	**1.283.150.752**	**1.243.308.038**
Outros recebimentos/ pagamentos		
Rec. outras atividades operacionais		
Estado	1.937	3.926
Euromilhões	4.288.383	1.896.675
Outros recebimentos	1.592.622	1.064.388
Pag. outras atividades operacionais		
Estado	(180.901.512)	(193.488.094)
Subsídios e Apoios financeiros	(28.000)	15.000
Prémios	(434.381.580)	(389.006.342)
Distribuição de resultados pelos Beneficiários	(660.374.397)	(642.632.210)
Euromilhões	(662.107)	(1.170.952)
Outros Pagamentos	(1.457.086)	(2.416.588)
Rec./Pagam. SC	290.766	(2.194.945)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	**11.519.776**	**15.378.894**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(2.420.163)	(2.015.465)
Ativos intangíveis		(59.218)
Investimentos financeiros	(46.785.630)	(69.206.860)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	64.804.728	59.227.279
Juros e rendimentos similares		86
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	**15.598.935**	**(12.054.178)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos e similares	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes	**27.118.711**	**3.324.716**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**243.494.112**	**240.169.396**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**270.612.823**	**243.494.112**

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

Anexo

1. Introdução

O Departamento de Jogos (referido neste documento como **"Departamento de Jogos"** ou **"Entidade"**) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como **"Santa Casa"** ou **"Serviços Centrais"**), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e pela Lei nº 53/2018, de 20 de agosto.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Avenida da Liberdade, n.º 194, Freguesia de Santo António, Concelho de Lisboa, tendo como atividade a gestão e exploração de Lotarias, Apostas Mútuas e quaisquer jogos autorizados para serem explorados pela Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os Jogos explorados pelo Departamento de Jogos, em 2021, foram:

- Lotaria Clássica
- Lotaria Popular
- Lotaria Instantânea - Raspadinha
- Totobola
- Totoloto
- Euromilhões
- Totosorteio - M1LHÃO
- Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial - PLACARD

O Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

- Elaboração do seu plano de atividades, orçamento e relatório e contas;
- Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela Tutela;
- Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
- Definição dos regulamentos gerais de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela Tutela;
- Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela Tutela;
- Estruturação orgânica dos serviços;
- Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;
- Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos apostadores;
- Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre jogos sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;

- Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de jogos sociais;
- Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros jogos sociais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos nos Estatutos da Santa Casa, aprovados no art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). Até 8 de outubro de 2021 foram Administradores Executivos o Provedor e o Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a partir dessa altura foi Administrador Executivo o Provedor. As referências a "Administrador Executivo", ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 17 de março de 2022. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), observado o princípio do custo histórico, com exceção, pouco significativa, nos ativos financeiros mensurados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 4.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Estas demonstrações financeiras não são as primeiras a serem apresentadas de acordo com as NCRF.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como "Juros e rendimentos similares obtidos" ou "Juros e gastos similares suportados" se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos" para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como se segue:

Moeda	2021	2020
USD	1,1326	1,2271
CHF	1,0331	1,0802
GBP	0,8403	0,8990

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, determinado à data de transição do POC para o SNC, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede à depreciação da totalidade do bem ao longo do primeiro ano de utilização, sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Vida útil
Equipamento básico	Entre 1 a 25 anos
Equipamento de transporte	Entre 5 a 17 anos
Equipamento Informático	Entre 1 a 14 anos
Sinalética	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 1 a 30 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 4.4.).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.3. Ativos intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

- Aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;
- Aos custos incorridos com o desenvolvimento do Portal Jogos Santa Casa, através do qual funciona o sistema de apostas para os apostadores dos jogos sociais; e

- A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

  - A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;

  - Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;

  - Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;

  - Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto; e

  - O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a correta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Vida útil
Programas de computador	3 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

4.4. Imparidade de ativos não financeiros

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.5. Investimentos financeiros

A classificação dos investimentos financeiros determina-se na data do reconhecimento inicial.

Os investimentos financeiros são classificados/mensurados como se segue:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os investimentos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os investimentos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os investimentos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os investimentos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.6. Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

4.7. Inventários

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de jogos sociais de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas pelos mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor custo entre o valor de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

4.8. Mediadores e Outros Créditos a Receber

As rubricas de mediadores e de Outros Créditos a Receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

A cobrança das receitas é efetuada semanalmente à quarta-feira e respeita ao período decorrido entre domingo e sábado da semana anterior.

No que se refere às Apostas Mútuas, as receitas cobradas são as relativas àquele período independentemente da data da realização do concurso. No caso da Lotaria Instantânea são cobrados os valores correspondentes ao jogo ativado nos terminais do mediador. A cobrança das Apostas Desportivas à Cota refere-se aos bilhetes de apostas registados, independentemente da data dos eventos. Na Lotaria Nacional a cobrança de jogo físico e desmaterializado diz respeito às vendas registadas nos terminais dos mediadores, independentemente da data da extração.

As perdas por imparidade dos mediadores e de outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de Dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber se encontra em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

4.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

4.10. Passivos financeiros

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

4.11. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As rubricas de fornecedores e de outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.12. Benefícios aos empregados

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de "Fundo de Pensões"), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

Adicionalmente, o Departamento de Jogos assume a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas dos colaboradores abrangidos, até ao momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário dos mesmos até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte temporal de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 20, o Fundo foi constituído de forma a financiar a totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

Fundo de Pensões do Departamento de Jogos

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como "CGA"), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Fundo de Pensões constituído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas legais (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

- Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho

  Abrange o pessoal que desde 31 de julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do artigo 2.º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3.º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs. 1 e 2 do artigo 6.º);

- Decreto-Lei n.º 94/2000, de 23 de maio

  Abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1.º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:

  - Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
  - Quotização à CGA (10% do salário)

  Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

  As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

  - Pensão de velhice e invalidez

    Pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);

  - Pensão de sobrevivência imediata e orfandade

Em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;

- Pensão de sobrevivência diferida

  Em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos "de sobrevivência" a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao justo valor dos ativos do fundo, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados, deduzido do valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado do exercício em que o corte ou liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

4.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados, para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação e o montante possa ser estimado com razoabilidade.

As provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinada, considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para reclamação e pagamento de prémios

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos jogos sociais, a qual se alicerça na obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Para as Apostas Desportivas à Cota, para além do pagamento de prémios por reclamações, este Fundo também se destina ao pagamento de prémios que excedam a receita apurada nos eventos. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletidas nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

Diploma legal	Jogo	% Receitas	Limite máximo fixado (euros)
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul. e Dec.-Lei nº 77-B/2021 de 6 de set.	Totoloto	0,5%	423.978
	Totobola	0,5%	74.820
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.	Euromilhões	1,0%	150.000.000
Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.	Apostas Desportivas à Cota	1,0%	5.000.000
Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.	Totosorteio	1,0%	1.000.000

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente de discordâncias de natureza contratual com fornecedores e reclamações de prémios que não cumprem os requisitos para reclamação. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que há uma probabilidade razoável de incorrer em pagamento.

4.14. Fundo para pagamento de prémios dos concursos

Totoloto

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura, ainda, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte".

Em 2021, foi publicado Decreto-Lei n.º 77-B/2021, de 6 de setembro e a Portaria n.º 207/2021, de 15 de outubro, que preveem que aquele Fundo possa igualmente ser utilizado para incrementar o valor do primeiro prémio ou de outras categorias de prémios a concurso.

Totosorteio

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio, determina que seja constituído um Fundo para prémios, destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

4.15. Distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais

A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

Em 2021 a distribuição de resultados observou, além do enquadramento legal referido, o previsto na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 42/2021, de 7 de junho.

4.16. Distribuição de receitas das Apostas Desportivas à Cota

A distribuição das receitas das Apostas Desportivas à Cota é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que as receitas são geradas. A distribuição é efetuada de acordo com a legislação aplicável, conforme o Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro.

4.17. Outras variações no Capital Próprio - Subsídios e apoios do Governo

Dada a sua atividade, o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, a cativação de receitas obtidas com os jogos sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, antes da distribuição de resultados aos Beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos jogos sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo em funcionamento. Daquela cativação resulta a constituição do Fundo de Renovação de Material e Equipamento, doravante designado FREM.

O valor utilizado deste Fundo é regularizado em função das depreciações, amortizações e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de "Outras variações no capital próprio".

4.18. Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.19. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de periodização económica.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, consoante se qualificarem como tal.

4.20. Rédito

O rédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos jogos sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Lotarias, Apostas Mútuas e Apostas Desportivas à Cota. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, devoluções reconhecidas, Imposto do Selo sobre apostas e deduções à receita das Apostas Desportivas à Cota previstas nas alíneas b) e c) do n.º 2 do art.º 12.º do Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Apostas de jogo

- Lotarias Clássica e Popular

  O rendimento é reconhecido na data em que a Extração é realizada. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer".

- Lotaria Instantânea

  O rendimento é reconhecido na data da ativação do jogo nos terminais do mediador e das aquisições de bilhetes no Portal Jogos Santa Casa.

- Apostas Mútuas

  O rendimento é reconhecido na data da realização dos Concursos. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer".

- Apostas Desportivas à Cota

  O rendimento é reconhecido após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento selecionado em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Prémios de Jogo

- Lotarias Clássica e Popular

  Os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios não reclamados caducam 90 dias após a extração e são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.

- Lotaria Instantânea

  Os prémios do jogo adquirido pelo Portal de Jogos Santa Casa são reconhecidos no momento da venda dos bilhetes premiados. Os prémios não reclamados são reconhecidos como rendimento do período em que os respetivos jogos encerram.

  Os prémios de jogo adquirido através da rede de mediadores são reconhecidos no ato da reclamação do prémio por parte do apostador. Complementarmente, por forma a reconhecer a responsabilidade de prémios, estes são especializados de acordo com a percentagem prevista no plano de prémios de cada jogo, nos termos do Regulamento da Lotaria Instantânea, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso. O ajustamento ao valor de prémios a reconhecer por jogo é efetuado após o prazo de caducidade com base nos prémios efetivamente pagos.

- Apostas Mútuas

  Os prémios são reconhecidos na data de realização dos Concurso. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para as Lotarias Clássica e Popular.

- Apostas Desportivas à Cota

  Os prémios são reconhecidos após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento objeto de aposta em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

  O direito a prémios, caduca para o conjunto dos eventos selecionados no recibo da aposta, nos seguintes termos:

  - Para os prémios de valor igual ou inferior a 150 euros decorridos 90 dias a contar da data da homologação de resultados;
  - Para os prémios de valor superior a 150 euros decorridos 90 dias a contar do fim do prazo de 2 horas subsequentes à data da homologação de resultados, ou a contar do fim do prazo de 2 horas após a última atualização de resultados, conforme o que ocorrer por último.

Os prémios dos jogos sociais Totobola, Totoloto, Lotaria Instantânea, Lotaria Clássica e Lotaria Popular, são regulamentados pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de março que revogou a Portaria n.º 973/2009 (art.º 3.º). Em 2021, foram publicados o Decreto-Lei n.º 77-B/2021, de 6 de setembro e a Portaria n.º 189/2021, de 10 de setembro, que alteraram a percentagem destinada a prémios do Totobola para 65%.

Para o jogo social Euromilhões a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março.

Para as Apostas Desportivas à Cota a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Para o Totosorteio, a percentagem destinada a prémios está determinada na Portaria n.º 227/2016, de 25 de agosto.

As percentagens para prémios incidem sobre as vendas brutas das Apostas Mútuas e das Apostas Desportivas à Cota, e sobre o capital emitido das Lotarias:

Jogo Social	% Prémios
Totobola [(a)]	65%
Totoloto	55%
Euromilhões	50%
Lotaria Nacional	70%
Lotaria Instantânea	Entre 50% e 70%
Apostas Desportivas à Cota	Entre 55% e 85%
Totosorteio	65%

(a) Até 26 de setembro de 2021: 60% (Portaria n.º 189/2021, de 10 de set.)

Imposto do selo

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, cuja aplicação se iniciou a 1 de setembro de 2009, os jogos sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, à taxa de 4,5%, que incide sobre as apostas realizadas, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos jogos sociais.

Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores

Os mediadores são remunerados pelos apostadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos apostadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.

O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

Jogo Social	% Remuneração
Totobola	7%
Totoloto	7%
Euromilhões	5%
Lotaria Clássica - frações físicas	12,7%
Lotaria Clássica - frações desmaterializadas	7%
Lotaria Popular - frações físicas	12,5%
Lotaria Popular - frações desmaterializadas	7%
Lotaria Instantânea	10%
Apostas Desportivas à Cota	5%
Totosorteio	5%

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota

As Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota estão previstas no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril, que determina:

- O montante correspondente a 2,0 % a atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta, de acordo com a Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro.

Outras vendas

Valores referentes a venda de resíduos para reciclagem.

4.21. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos Beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa das atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento não têm expressão.

4.22. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

4.23. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

4.24. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes na Estrutura Conceptual.

4.25. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa,

tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que se seguem:

Provisões

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 19).

Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 20).

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.
Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 7 e Nota 8).

5. Fluxos de caixa

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de "Caixa e equivalentes de caixa" que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos jogos sociais e no pagamento de prémios estão "fundeadas" na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem "Caixa ou equivalentes de caixa".

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e de Depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

(euros)

	2021	2020
Numerário		
- Caixa	10.622	15.405
	10.622	**15.405**
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	270.602.201	243.478.706
- Depósitos a prazo < 90 dias	-	-
- Depósitos a prazo ≥ 90 dias	-	-
	270.602.201	**243.478.706**
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	**270.612.823**	**243.494.112**
Equivalentes de caixa (passivo)	**-**	**-**
Total de Caixa e equivalentes de caixa	**270.612.823**	**243.494.112**

Não se verificaram quaisquer situações de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detetados erros de períodos anteriores.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como se segue:

(euros)

	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento administrativo	Sinalética	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2020								
Custo de aquisição	29.094.558	352.295	8.972.476	1.513.531	2.851.728	804.649	1.948.298	45.537.535
Depreciações acumuladas	(20.246.409)	(259.727)	(8.450.280)	(1.378.375)	(2.847.816)	(727.952)	-	(33.910.559)
Valor líquido	**8.848.149**	**92.568**	**522.196**	**135.156**	**3.913**	**76.697**	**1.948.298**	**11.626.976**
Adições	53.886	-	343.901	8.289	-	29.292	855.668	1.291.036
Alienações	-	-	(808)	-	-	-	-	(808)
Transferências e abates	2.753.753	-	50.213	-	-	-	(2.803.966)	-
Depreciação - período	(2.953.368)	(30.981)	(246.847)	(43.240)	(1.878)	(38.260)	-	(3.314.573)
Depreciação - alienações	-	-	808	-	-	-	-	808
Valor líquido	**8.702.420**	**61.587**	**669.464**	**100.205**	**2.035**	**67.729**	**(0)**	**9.603.440**
31 de dezembro de 2020								
Custo de aquisição	31.902.198	352.295	9.365.782	1.521.820	2.851.728	833.941	-	46.827.764
Depreciações acumuladas	(23.199.778)	(290.708)	(8.696.319)	(1.421.614)	(2.849.694)	(766.212)	-	(37.224.324)
Valor líquido	**8.702.420**	**61.587**	**669.464**	**100.205**	**2.035**	**67.729**	**-**	**9.603.440**
1 de janeiro de 2021								
Custo de aquisição	31.902.198	352.295	9.365.782	1.521.820	2.851.728	833.941	-	46.827.764
Depreciações acumuladas	(23.199.778)	(290.708)	(8.696.319)	(1.421.614)	(2.849.694)	(766.212)	-	(37.224.324)
Valor líquido	**8.702.420**	**61.587**	**669.464**	**100.205**	**2.035**	**67.729**	**-**	**9.603.440**
Adições	144.065	-	9.269	31.509	-	-	974.525	1.159.368
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - período	(2.721.226)	(30.981)	(278.180)	(38.368)	(1.878)	(26.369)	-	(3.097.001)
Valor líquido	**6.125.259**	**30.607**	**400.553**	**93.347**	**157**	**41.360**	**974.525**	**7.665.807**
31 de dezembro de 2021								
Custo de aquisição	32.046.263	352.295	9.375.051	1.553.329	2.851.728	833.941	974.525	47.987.133
Depreciações acumuladas	(25.921.004)	(321.689)	(8.974.499)	(1.459.982)	(2.851.572)	(792.581)	-	(40.321.325)
Valor líquido	**6.125.259**	**30.607**	**400.553**	**93.347**	**157**	**41.360**	**974.525**	**7.665.807**

Os aumentos na rubrica ativos fixos tangíveis no decurso do período de 2021 foram de 1.159.368 euros, são provenientes essencialmente de; "Equipamento básico" e de "Aquisições em curso" (adições 2020: 1.291.036 euros).

Os valores mais significativos foram:

- Em "Equipamento básico": aquisição de equipamentos de sorteio para o Euromilhões;
- Em "Aquisições em curso": equipamentos adquiridos para o projeto das Apostas Hípicas Mútuas.

No período findo em 31 de dezembro de 2021, não se registaram abates (2020: registaram-se abates em "Equipamento informático", no valor de 808 euros).

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na Demonstração de Resultados, pela sua totalidade na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e amortização". Todas as depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes e por duodécimos.

À data de 31 de dezembro de 2021 os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 4.244.720 euros, sendo 2.292.036 euros referentes a terminais de jogo 157 euros referentes a peças promocionais de sinalética e 1.952.527 euros referentes a televisores instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais (2020: 6.413.371 euros, sendo 3.752.180 euros referentes a terminais de jogo, 2.035 euros referentes a peças promocionais de sinalética, 247.211 euros relacionados com os QR Code e 2.411.945 euros referentes a televisores instalados nos pontos de venda dos mediadores dos jogos sociais).

8. Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal Jogos Santa Casa e programas informáticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos, que para os períodos apresentados, tiveram a seguinte evolução:

(euros)

	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2020				
Custo de aquisição	3.442.657	35.510.290	640.548	39.593.495
Amortizações acumuladas	(3.442.657)	(29.581.620)	-	(33.024.276)
Valor líquido	**-**	**5.928.670**	**640.548**	**6.569.218**
Adições	-	125.977	1.162.659	1.288.636
Transferências e abates	-	374.701	(374.701)	-
Amortização - período	-	(2.519.031)	-	(2.519.031)
Valor líquido	**-**	**3.910.317**	**1.428.506**	**5.338.823**
31 de dezembro de 2020				
Custo de aquisição	3.442.657	36.010.968	1.428.506	40.882.131
Amortizações acumuladas	(3.442.657)	(32.100.651)	-	(35.543.308)
Valor líquido	**-**	**3.910.317**	**1.428.506**	**5.338.823**
1 de janeiro de 2021				
Custo de aquisição	3.442.657	36.010.968	1.428.506	40.882.131
Amortizações acumuladas	(3.442.657)	(32.100.651)	-	(35.543.308)
Valor líquido	**-**	**3.910.317**	**1.428.506**	**5.338.823**
Adições		99.971	1.719.907	1.819.878
Amortização - período	-	(1.894.070)	-	(1.894.070)
Valor líquido	**-**	**2.116.218**	**3.148.413**	**5.264.631**
31 de dezembro de 2021				
Custo de aquisição	3.442.657	36.110.939	3.148.413	42.702.009
Amortizações acumuladas	(3.442.657)	(33.994.721)	-	(37.437.378)
Valor líquido	**-**	**2.116.218**	**3.148.413**	**5.264.631**

Quanto à rubrica programas de computador a mesma é composta por software de suporte ao jogo e à rede física.

Todas as amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes e por duodécimos.

No que concerne aos ativos em curso, estes estão relacionados com software de desenvolvimento das plataformas de jogos.

9. Participações financeiras - outros métodos

O saldo registado nesta rubrica contempla:

- A participação de 5,2% no capital social da SLE – *Services aux Loteries en Europe*, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de *lottery operator* do Jogo Social de Apostas Mútuas Europeu – Euromilhões; e
- A participação de 50% no capital social da NLCS - *National Lotteries Common Services*, Sociedade por Ações Simplificada de direito francês, constituída em 2013, com vista ao estreitamento de relações com outras Lotarias de Estado e ao desenvolvimento de plataformas de cooperação.

10. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a rubrica de outros investimentos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

(euros)

	2021	2020
Fundos obrigatórios	189.801.710	183.772.691
Fundo LI (WFL)	20.000.000	44.000.000
Outros ativos financeiros	25.818	24.755
Total	**209.827.528**	**227.797.446**

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da exploração dos jogos sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para a renovação de equipamento e material (FREM).

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

	% Receitas	% Prémios	Limite máximo fixado (euros)	Legislação aplicável
Fundos para reclamação e pagamento de prémios				
Totobola	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul. e Dec.-Lei n.º 77-B/2021, de 6 de set.
Totoloto	0,5%	-	423.978	
Totogolo	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Joker	2,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.
Euromilhões	1,0%	-	150.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota	1,0%	-	5.000.000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.
Totosorteio	1,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.
Fundo para pagamento de prémios dos Concursos				
Totoloto	0,0%	10,0%	Não definido	Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., alterado pelo Dec.-Lei n.º 77-B/2021, de 6 se set. regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar., alterada pela Portaria n.º 207/2021, de 15 de out.
Totosorteio	(a)	-	Não definido	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.
Fundos para renovação de equipamento e material				
Totobola	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar., Dec.-Lei n.º 387/86, 17 nov. e Dec.-Lei n.º 77-B/2021, de 6 de set.
Totoloto	2,0%	-	24.939.895	Dec.-Lei n.º 84/85,de 28 mar., Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov., Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul. e Dec.-Lei n.º 77-B/2021, de 6 de set.
Totogolo	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Euromilhões	1,0%	-	20.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota	0,2%	-	2.000.000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 abr.
Totosorteio	0,5%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.

Por decisão de gestão em 2013, foi criado um Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life* (WFL).

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *online*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados "*para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo*

real (sistema online), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros".

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio do Totoloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor é reembolsado desde 1 de janeiro de 2012 "*à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totoloto, referido no número anterior, até integral pagamento*".

Com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios de categoria especial de prémios, denominada "Número da Sorte". Com a publicação da Portaria n.º 207/2021, de 15 de outubro foi novamente alargado o âmbito, podendo o mesmo ser também utilizado para incrementar o valor do primeiro prémio ou de outras categorias de prémios a concurso.

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio determina que seja constituído um Fundo destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como se segue:

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (*win for life*)	Total
Totobola					
1 de janeiro de 2021	**100.071**	**74.820**	-	-	**174.891**
Reforços	60.768	-	-	-	60.768
Utilizações	(55.215)	-	-	-	(55.215)
31 de dezembro de 2021	**105.624**	**74.820**	-	-	**180.443**
Limite máximo fixado	748.197	74.820	-	-	
Totoloto					
1 de janeiro de 2021	**3.978.239**	**423.978**	**27.012.699**	-	**31.414.917**
Reforços	2.362.509	-	7.550.275	-	9.912.784
Transferências	19.490	-	(19.490)	-	-
Utilizações	(2.186.894)	-	(9.064.337)	-	(11.251.231)
31 de dezembro de 2021	**4.173.344**	**423.978**	**25.479.147**	-	**30.076.469**
Limite máximo fixado	24.939.895	423.978	Não definido	-	
Totogolo					
1 de janeiro de 2021	**29.032**	-	-	-	**29.032**
Reforços	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2021	**29.032**	-	-	-	**29.032**
Limite máximo fixado	748.197	74.820	-	-	
Euromilhões					
1 de janeiro de 2021	**11.012.889**	**112.278.491**	-	-	**123.291.379**
Reforços	6.050.144	6.050.144	-		12.100.288
Utilizações	(5.917.524)	-	-	-	(5.917.524)
31 de dezembro de 2021	**11.145.509**	**118.328.635**	-	-	**129.474.144**
Limite máximo fixado	20.000.000	150.000.000	-	-	
Apostas Desportivas à Cota					
1 de janeiro de 2021	**1.690.164**	**5.000.000**	-	-	**6.690.164**
Reforços	1.004.415	-	-	-	1.004.415
Utilizações	(931.405)	-	-	-	(931.405)
31 de dezembro de 2021	**1.763.174**	**5.000.000**	-	-	**6.763.174**
Limite máximo fixado	2.000.000	5.000.000	-	-	
Totosorteio					
1 de janeiro de 2021	**668.971**	**1.000.000**	**20.503.337**	-	**22.172.308**
Reforços	415.864	-	4.428.627	-	4.844.490
Utilizações	(371.986)	-	(3.366.365)	-	(3.738.350)
31 de dezembro de 2021	**712.849**	**1.000.000**	**21.565.599**	-	**23.278.448**
Limite máximo fixado	1.000.000	1.000.000	Não definido	-	
Lotaria Instantânea (*win for life*)					
1 de janeiro de 2021	-	-	-	**44.000.000**	**44.000.000**
Reforços	-	-	-		-
Transferências	-	-	-	(24.000.000)	(24.000.000)
Utilizações	-	-	-		-
31 de dezembro de 2021	-	-	-	**20.000.000**	**20.000.000**
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
Totais					
1 de janeiro de 2021	**17.479.366**	**118.777.289**	**47.516.036**	**44.000.000**	**227.772.691**
Reforços	9.893.699	6.050.144	11.978.902	-	27.922.745
Transferências	19.490	-	(19.490)	(24.000.000)	(24.000.000)
Utilizações	(9.463.024)	-	(12.430.702)	-	(21.893.726)
31 de dezembro de 2021	**17.929.532**	**124.827.433**	**47.044.746**	**20.000.000**	**209.801.710**

Os "Outros investimentos financeiros" referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos no montante de 25.818 euros a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2021, tiveram um impacto positivo de 1.063 euros (2020: impacto positivo de 3.039 euros).

11. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2020 e 2021 é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Consumíveis para jogo	378.627	365.988
Bilhetes de Lotaria Instantânea	4.671.489	3.016.761
Bilhetes de Apostas Mútuas	177.371	320.083
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota	73.798	153.520
Bilhetes de Apostas Hípicas	272.090	266.897
Papel térmico	2.673.908	1.941.263
Papel térmico (em poder de terceiros)	29.871	29.871
Imparidade de inventários	(10.765)	(10.765)
Total inventários	**8.266.389**	**6.083.618**

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" totalizou 12.326.961 euros (2020: 11.723.478 euros).

- Imparidade de inventários

Em 2021 não se registaram quaisquer alterações às imparidades de inventários, mantendo-se o saldo de 2020, que corresponde a 10.737 euros de bilhetes de Apostas Mútuas e a 28 euros de bilhetes de Lotaria Instantânea.

12. Mediadores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a decomposição da rubrica de mediadores, é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Mediadores	9.546.060	17.683.694
Mediadores cobrança duvidosa	14.560.069	13.888.676
	24.106.129	**31.572.370**
Ajustamentos de Mediadores	(14.560.069)	(13.888.676)
Total Mediadores	**9.546.060**	**17.683.694**

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões e Totosorteio), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular), Lotaria Instantânea e Apostas Desportivas à Cota.

Os mediadores com maior volume de negócio são a "Casa da Sorte" e a "Casa Campião", cujos saldos brutos ascendem a, respetivamente, a 109.697 euros e 472.134 euros em 31 de dezembro de 2021 (2020: 574.589 euros e 534.991 euros).

Os movimentos das imparidades são como se segue:

(euros)

	2021	2020
1 de janeiro	**13.888.676**	**7.889.704**
Aumentos	997.345	6.030.548
Utilizações	(301.038)	(23.156)
Reversões	(24.914)	(8.419)
31 de dezembro	**14.560.069**	**13.888.676**

13. Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

(euros)

	2021		2020	
	Devedor	**Credor**	**Devedor**	**Credor**
Impostos s/ rendimento - IRS e IRC	-	12.877	-	18.294
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	14.007	9.311	-
Contribuições p/ segurança social	23.372	-	23.372	-
Imposto do selo	59.975	27.902.849	59.975	29.774.728
Total	**83.347**	**27.929.734**	**92.659**	**29.793.023**

14. Outros créditos a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a decomposição da rubrica "Outros créditos a receber", é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Pessoal	18.718	19.037
Outras créditos a receber		
Euromilhões - *Primary Insurance*	2.900.369	3.301.052
Euromilhões - *Pre-deposit amount*	2.000.290	5.225.883
Euromilhões (Saldo Inicial) - *Booster*	3.055.447	3.055.447
Euromilhões - *Mutual Insurance*	2.000.000	2.000.000
Adiantamentos a fornecedores	33.752	65.744
Outros	470.831	764.580
Devedores por acréscimos de rendimentos	18.991.380	9.419.343
Outros créditos a receber	**29.470.787**	**23.851.086**

14.1. Pessoal

As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e a empréstimos concedidos.

14.2. Outros créditos a receber

Euromilhões – *Primary Insurance*: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do Jogo Euromilhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média semanal de vendas de jogo do último semestre e se destina a cobrir eventuais falhas técnicas;

Euromilhões – *Pre-deposit Insurance*: Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance,* é calculado em função do valor total das transferências de todos os operadores de lotarias que exploraram o Euromilhões nos últimos doze meses que antecederam a fixação do valor em causa, sendo este dividido pelo correspondente número de sorteios (excluindo aqueles em que tenha havido um super *jackpot* mínimo garantido), por forma a obter-se a média semanal que será multiplicada por 0,75 vezes o valor total apurado. A este resultado será aplicada a percentagem do *cost sharing*, que corresponde a peso relativo das vendas de cada lotaria nos últimos 6 meses. Este fundo destina-se a cobrir eventuais falhas nas transferências semanais, que incluem as obrigações dos dois sorteios semanais, de cada membro;

Euromilhões - Saldo Inicial – *Prize Guarantee Fund*: O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rubrica de "Prémios a pagar". Este Fundo varia consoante o ciclo de acumulação de *jackpot's*, sendo atualmente de 10% do valor destinado a prémios (50% das vendas totais) para ciclos de acumulação de 1 a 5 e de 18% para ciclos de acumulação de 6 em diante e para sorteios em que haja super *jackpot* mínimo garantido. Estas percentagens entraram em vigor a 04/02/2020 com as alterações ao jogo, sendo que anteriormente eram de 4,8% para ciclos de acumulação de 1 a 6 e de 21% para ciclos de acumulação de 7 em diante;

Euromilhões – *Mutual Insurance*: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de jogo e para garantia de obrigações não cobertas pelos restantes fundos;

Adiantamentos a fornecedores: no valor de 33.752 euros (2020: 65.744 euros);

Outros: O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício ex-sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Ulteriormente, esta situação tem de ser objeto de apropriada resolução jurídica.

14.3. Devedores por acréscimos de rendimentos

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Juros a receber	3.949	33.093
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	730.728	6.010
Lotaria Nacional	4.850.013	3.428.542
Totobola	33.365	23.355
Totoloto	993.064	994.428
Euromilhões	10.843.469	4.933.915
Totosorteio	1.536.793	-
Total	**18.991.380**	**9.419.343**

Juros a receber: Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos obrigatórios do Departamento de Jogos;

As rubricas Lotaria Nacional, Totobola, Totoloto e Euromilhões e Totosorteio dizem respeito a especialização de vendas e prémios caducados em que os sorteios ocorreram em 2021.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. Diferimentos – gastos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – gastos a reconhecer, os seguintes saldos:

(euros)

	2021	2020
Lotaria Nacional	20.717	4.277
Euromilhões	-	81.361
Totosorteio	-	50.479
Apostas Desportivas à Cota	24.095	16.080
Outros	6.505.148	4.556.321
Gastos a reconhecer	**6.549.960**	**4.708.518**

As rubricas Lotaria Nacional e Apostas Desportivas à Cota dizem respeito a especialização de encargos diretos sobre vendas antecipadas (remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, montantes para prémios, imposto do selo e deduções legais sobre as receitas das Apostas Desportivas à Cota).

Na rubrica "Outros" encontram-se registados valores relativos a rendas e a investimentos e encargos referentes ao alargamento do portefólio de jogos, bem como outros gastos incorridos referentes a períodos subsequentes, nomeadamente os relativos à Apostas Hípicas Mútuas, que aguardam o reconhecimento aquando da entrada em produção do Jogo.

16. Fundo social

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como "Fundo social" refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

17. Outras variações no capital próprio

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se aos movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, correspondentes às variações do FREM:

(euros)

	2021	2020
Totobola		
1 de janeiro	**100.071**	**134.242**
Adições	60.768	37.863
Utilizações	(55.215)	(72.034)
31 de dezembro	**105.624**	**100.071**
Totoloto		
1 de janeiro	**3.978.239**	**4.748.834**
Adições	2.362.509	2.013.758
Transferências	19.490	16.612
Utilizações	(2.186.894)	(2.800.965)
31 de dezembro	**4.173.344**	**3.978.239**
Totogolo		
1 de janeiro	**29.032**	**29.032**
Adições	-	-
Utilizações	-	-
31 de dezembro	**29.032**	**29.032**
Euromilhões		
1 de janeiro	**11.012.889**	**12.988.366**
Adições	6.050.144	5.666.085
Utilizações	(5.917.524)	(7.641.562)
31 de dezembro	**11.145.509**	**11.012.889**
Apostas Desportivas à Cota		
1 de janeiro	**1.690.164**	**1.792.745**
Adições	1.004.415	1.014.684
Utilizações	(931.405)	(1.117.264)
31 de dezembro	**1.763.174**	**1.690.164**
Totosorteio		
1 de janeiro	**668.971**	**735.812**
Adições	415.864	387.207
Utilizações	(371.986)	(454.048)
31 de dezembro	**712.849**	**668.971**
Total do Fundo renovação do equipamento	**17.929.532**	**17.479.366**
Valor líquido dos investimentos financiados pelo Fundo		
1 de janeiro	**14.488.638**	**17.633.099**
Investimentos	2.934.543	2.439.707
Regularização por resultados	(4.767.299)	(5.584.169)
31 de dezembro	**12.655.882**	**14.488.638**
Valor líquido dos gastos financiados pelo Fundo		
1 de janeiro	-	-
Gastos	(6.528.481)	(9.646.165)
Regularização por resultados	6.528.481	9.646.165
31 de dezembro	-	-
Totais		
1 de janeiro	**31.968.004**	**38.062.129**
Adições	9.893.699	9.119.597
Utilizações	(9.463.024)	(12.085.873)
Investimentos	2.934.543	2.439.707
Gastos	(6.528.481)	(9.646.165)
Regularização por resultados	1.761.181	4.061.997
Transferências	19.490	16.612
31 de dezembro	**30.585.413**	**31.968.004**

Os valores apresentados correspondem às rubricas dos Fundos de renovação de equipamento e material, que representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo (ver Nota 10 – Outros investimentos financeiros).

O valor das adições resulta de retenções efetuadas para o FREM, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo, no caso dos Jogos cujo fundo se encontrava integralmente constituído, valores referentes à reposição do Fundo devido a investimentos efetuados e a gastos de projetos durante o período.

As utilizações correspondem, a investimentos e gastos necessários ao desenvolvimento e arranque de projetos financiados pelo FREM.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de investimentos e de gastos financiados pelo Fundo.

As transferências correspondem ao reembolso do montante utilizado do Fundo renovação de equipamento e material para constituição inicial do Fundo que garante um montante mínimo para o primeiro prémio do Totoloto e também para assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte"), conforme previsto no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e Portaria n.º 102/2011, de 11 de março.

18. Resultados

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril e com a Lei n.º 75-B/2021, de 31 de dezembro, todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos Beneficiários dos jogos sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do FREM.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2020 e 2021 é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Resultado distribuído	637.694.489	607.985.128
Resultado retido (constituição Fundo de renovação de equipamento e material)	9.893.699	9.119.597
Resultado líquido do período	**647.588.188**	**617.104.725**

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos Beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril.

A distribuição pelos Beneficiários é a seguinte:

(euros)

Beneficiários		2021	2020
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Proteção Civil	16.440.334	15.781.012
	Secretaria-Geral do MAI (Sinistralidade rodoviária, prevenção da criminalidade e riscos sociais)	1.799.131	1.726.979
	Secretaria-Geral do MAI (Policiamento de espetáculos desportivos)	4.094.574	3.930.365
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E.P.E.		13.524.501	12.982.115
Presidência do Conselho Ministros	Fundo de Fomento Cultural	20.349.733	19.533.629
	Secretaria-Geral da Presidência do Concelho de Ministros	3.721.397	3.572.154
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	197.532.159	189.610.346
	Fundação INATEL	7.072.445	6.788.813
Ministério da Saúde		97.401.222	93.495.051
Ministério da Educação	Desporto escolar e infraestruturas desportivas escolares	5.893.705	5.657.344
	Estudantes do ensino secundário	2.915.833	2.798.896
	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	55.028.588	52.821.726
Governo Regional da Madeira		15.323.632	14.709.094
Governo Regional dos Açores		14.765.281	14.173.135
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		164.527.414	157.929.220
Subtotal dos resultados a distribuir		**620.389.946**	**595.509.880**
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		2.741.218	2.263.183
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa [a]		9.241.889	10.212.065
Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (FSPC)		5.321.436	-
TOTAIS		**637.694.489**	**607.985.128**

(a) Estão incluídos neste montante:
- os prémios caducados da Lotaria Nacional, do Euromilhões, das Apostas Desportivas à Cota e do Totosorteio (2021: 7.832 mil euros; 2020: 9.033 mil euros);
- 4,7% do Resultado da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (2021: 1.314 mil euros; 2020: 1.122 mil euros);
- Coimas - Lei n.º 30/2006 -, cabendo à SCML distribuir o montante das coimas na proporção de 35% para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e de 15% para o Estado (2021: 96 mil euros; 2020: 57 mil euros).

19. Provisões

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o detalhe da rubrica de "Provisões" apresenta os seguintes valores:

(euros)

	Processos judiciais	Pagamentos de prémios					Total
		Totobola	Totoloto	Euromilhões	Apostas Desportivas à Cota	Totosorteio	
1 de janeiro de 2020	**1.528.645**	**74.820**	**423.978**	**106.612.406**	**5.000.000**	**1.000.000**	**114.639.848**
Dotação	3.926.162	-	-	5.666.085	-	-	9.592.247
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Utilização	-	-	-	-	-	-	-
Reversão	(218.478)	-	-	-	-	-	(218.478)
31 de dezembro de 2020	**5.236.329**	**74.820**	**423.978**	**112.278.491**	**5.000.000**	**1.000.000**	**124.013.617**
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	5.236.329	74.820	423.978	112.278.491	5.000.000	1.000.000	124.013.617
1 de janeiro de 2021	**5.236.329**	**74.820**	**423.978**	**112.278.491**	**5.000.000**	**1.000.000**	**124.013.617**
Dotação	858.000	-	-	6.050.144	-	-	6.908.144
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Utilização	-	-	-	-	-	-	-
Reversão	(500.456)	-	-	-	-	-	(500.456)
31 de dezembro de 2021	**5.593.873**	**74.820**	**423.978**	**118.328.635**	**5.000.000**	**1.000.000**	**130.421.306**
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	5.593.873	74.820	423.978	118.328.635	5.000.000	1.000.000	130.421.306

19.1. Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais é réu.

19.2. Pagamentos de prémios

A constituição de provisões para pagamento de prémios de jogos sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos jogos sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Euromilhões, Totosorteio e Apostas Desportivas à Cota para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 4.13 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço das provisões para pagamento de prémios do Euromilhões, para a qual ainda não foi atingido o limite legal.

20. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento de Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destas responsabilidades nas Demonstrações do Departamento de Jogos é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Impacto no balanço		
Complementos de pensões	(2.143.211)	(3.308.162)
	(2.143.211)	**(3.308.162)**
Impacto na demonstração dos resultados		
Complementos de pensões	524.951	(627.278)
	524.951	**(627.278)**

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2021, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, teve por base os seguintes pressupostos:

	2021	2020
Taxa anual de desconto	1,00%	0,75%
Taxa anual de crescimento dos salários	1,00%	0,00%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,00%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	0,75% EVK 80	0,75% EVK 80

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

(euros)

	2021	2020
Valor presente da obrigação	(10.912.523)	(12.296.027)
Justo valor dos ativos do plano	8.769.312	8.987.865
Impacto no balanço	**(2.143.211)**	**(3.308.162)**

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Fundo de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2020 e 2021 detalha-se como se segue:

(euros)

	2021	2020
1 de janeiro	**12.296.027**	**12.745.333**
Custo dos juros	85.994	119.657
Pagamento de benefícios	(1.034.243)	(1.057.769)
Ganhos/(perdas) atuariais	(435.255)	488.806
31 de dezembro	**10.912.523**	**12.296.027**

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2020 e 2021:

(euros)

	2021	2020
1 de janeiro	**8.987.865**	**10.064.449**
Contribuições entregues	640.000	-
Ganhos/ (perdas) atuariais	114.552	(111.610)
Benefícios pagos	(1.034.243)	(1.057.769)
Retorno esperado dos ativos do fundo	61.138	92.795
31 de dezembro	**8.769.312**	**8.987.865**

O Fundo de Pensões, na sua totalidade era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2021:

(euros)

	2021	2020
Obrigações	27.145.870	22.551.185
Acções	1.489.553	11.920.032
Depósitos curto prazo	1.767.741	826.464
Fundos investimento	22.278.144	19.006.881
Outros	27.468	47.151
Totais	**52.708.776**	**54.351.714**

Os impactos do fundo na demonstração dos resultados são como se segue:

	2021	2020
Custos dos juros	(85.994)	(119.657)
Ganhos / (perdas atuariais)	549.807	(600.416)
Retorno estimado dos ativos do plano	61.138	92.795
Total incluído em gastos com pessoal	**524.951**	**(627.278)**

21. Prémios a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a decomposição da rubrica "Prémios a pagar" era como se segue:

(euros)

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Prémios a pagar	19.127.237	-	19.127.237	25.624.808	-	25.624.808
Euromilhões - 50%	45.480.221	-	45.480.221	42.847.171	-	42.847.171
Euromilhões - *Prize Guarantee Fund*	(45.480.221)	-	(45.480.221)	(39.597.822)	-	(39.597.822)
Euromilhões - *Jackpot*	-	-	-	(1.693.736)	-	(1.693.736)
Lotaria Instantânea	10.703.169	43.483.844	54.187.014	10.901.705	45.917.756	56.819.460
Fundo pagamento prémios Totoloto	-	25.479.147	25.479.147	-	27.012.699	27.012.699
Fundo pagamento prémios Totosorteio	-	21.565.599	21.565.599	-	20.503.337	20.503.337
Total prémios a pagar	**29.830.407**	**90.528.591**	**120.358.997**	**38.082.126**	**93.433.792**	**131.515.918**

Prémios a pagar: saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota. Lotaria Nacional e Lotaria Instantânea. Os prémios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Todos os prémios acima deste montante são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos;

Euromilhões - 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios;

EM - *Prize Guarantee Fund*: fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de *jackpots*, incluindo o 1.º prémio mínimo garantido;

Euromilhões - *Jackpot*: saldo referente a pagamento de prémios de *jackpot*. Estas três contas referentes ao Euromilhões devem ser analisadas em conjunto;

Lotaria Instantânea: saldo referente aos prémios dos jogos "Pé de Meia", "Super Pé de Meia", "Mega Pé de Meia" e "Mini Pé de Meia", em relação aos quais foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 14 anos;

Fundo para pagamento prémios do Totoloto: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1.º prémio, assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada "Número da Sorte" e pode servir para incrementar o valor do primeiro prémio ou de outras categorias de prémios a concurso, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 77-B/2021, de 6 de setembro, regulamentado pela Portaria n.º 207/2021, de 15 de outubro;

Fundo para pagamento prémios do Totosorteio: fundo destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo, conforme Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto.

22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a decomposição da rubrica "Fornecedores" era como se segue:

(euros)

	2021	2020
Fornecedores gerais	8.760.881	6.636.668
Fornecedores - Partes relacionadas	942.146	2.585.655
Total saldo fornecedores	**9.703.027**	**9.222.323**

Fornecedores Partes relacionadas: estão incluídos os valores referentes às empresas SLE - *Services aux Loteries en Europe* e NLCS - *National Lotteries Common Services*;

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

(euros)

Entidade	2021	2020
SCIENTIFIC GAMES INTERNATIONAL ,LTD	1.022.428	-
HEWLETT-PACKARD PORTUGAL LDA	861.463	757.176
RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, S.A.	842.926	281.779
NATIONAL LOTTERIES COMMON SERVICES	786.807	2.282.424
TVI - TELEVISÃO INDEPENDENTE, S.A.	754.850	371.359
COFINA MEDIA, S.A.	501.804	273.158
SOC. INDEPENDENTE COMUNICAÇÃO, S.A.	387.430	386.235
MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA	319.605	113.849
GLOBAL NOTÍCIAS - MEDIA GROUP, S.A.	260.801	327.291
SIXANDCO, UNIPESSOAL, LDA	225.198	41.288
CTT EXPRESSO - TRANSPORTES E LOGISTICA	202.604	211.814
EDP COMERCIAL-COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA	195.880	68.839
WUNDERMAN JWT PUBLICIDADE, UNIPESSOAL	190.398	36.634
MOP - MULTIMEDIA OUTDOORS, PUBLICIDADE	179.566	158.710
ALBANO R. N. ALVES, INDÚSTRIA DE TRANSF. PAPEL, S.A.	167.197	255.027
SLE - SERVICES AUX LOTERIES EN EUROPE	155.340	303.231
AXIANSEU II DIGITAL CONSULTING, S.A.	147.600	-
COMITE OLIMPICO DE PORTUGAL	141.450	-
JCDECAUX PORTUGAL MOBILIÁRIO URBANO E PUBLICIDADE, LDA.	130.486	129.467
QUINTA AVENIDA PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO	121.758	67.158
RADIO COMERCIAL S.A.	119.210	150.832
INTERVOZ PUBLICIDADE S.A.	118.539	136.166
CEMARK - MOBILIÁRIO URBANO E PUBLICIDADE	109.906	56.865
Outros	1.759.781	2.813.020
Total	**9.703.027**	**9.222.323**

23. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a decomposição da rubrica "Outras dívidas a pagar" era como se segue:

(euros)

	2021	2020
Fornecedores investimentos	-	273.329
Outros credores		
Lucros - resultados antecipados	133.713.874	127.281.748
Beneficiários das deduções legais	7.945.964	9.444.431
Partes relacionadas	1.619.132	1.328.367
Cauções Mediadores (numerário)	10.943.016	11.071.657
Cartões portal	4.506.278	4.610.086
Vendas portal	2.562.368	1.731.395
Cauções de Adjudicatários	1.898.983	1.900.243
Transferência Fundos Euromilhões	3.542.802	-
Outros	959.799	613.032
Credores por acréscimos de gastos	57.735.206	49.927.389
Outras dívidas a pagar	**225.427.423**	**208.181.677**

Fornecedores investimentos: não se verificou saldo em aberto a 31 de dezembro de 2021;

Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos Beneficiários dos jogos sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março, Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro e Decreto-Lei n.º 23/2018, de 10 de abril;

Beneficiários das deduções legais: conta-corrente com os beneficiários das deduções legais sobre receitas de Apostas Desportivas à Cota, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e na Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro;

Partes relacionadas: conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos;

Cauções Mediadores (numerário): saldo de cauções prestadas pelos mediadores dos jogos sociais, requisito para o exercício da atividade, conforme disposto no Regulamento dos Mediadores dos Jogos Sociais do Estado (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho);

Cartões Portal: saldo corrente a favor dos apostadores dos jogos sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;

Vendas Portal: o saldo compreende o reconhecimento das vendas dos jogos sociais da última semana do ano civil;

Cauções de Adjudicatários: o saldo assegura os compromissos assumidos com a prestação de serviços ou transmissão de bens;

Transferências Fundos Euromilhões: o saldo é referente à transferência para os fundos do Euromilhões da última semana do ano;

Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como se segue:

(euros)

	2021	2020
Remunerações a pagar	2.569.777	2.539.410
Prémios Lotaria Instantânea	51.742.662	42.802.431
Lotaria Nacional	754.978	476.497
Totobola	1.917	1.334
Totobola Extraordinário	1.437	-
Totoloto	100.409	100.499
Euromilhões	930.837	344.700
Totosorteio	134.782	-
Outros credores por acréscimos de gastos	1.498.408	3.662.518
Credores por acréscimos de gastos	**57.735.206**	**49.927.389**

Remunerações a pagar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;

Prémios Lotaria Instantânea: especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios apurados de acordo com o *payout*, o qual varia entre 50% e 70% sobre o capital emitido, consoante o jogo;

Lotaria Nacional, Totobola, Totobola Extraordinário, Totoloto, Euromilhões e Totosorteio: especialização de encargos diretos sobre as vendas (remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, prémios e imposto do selo), realizadas em 2021, e que correspondem a acontecimentos subsequentes;

Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (publicidade, assistência a terminais de jogo, entre outros).

24. Diferimentos – rendimentos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de "Diferimentos – Rendimentos a reconhecer" os seguintes saldos:

(euros)

	2021	2020
Vendas antecipadas	631.545	563.993
Rendimentos a reconhecer	**631.545**	**563.993**

Vendas antecipadas: este saldo refere-se à especialização de vendas de jogos sociais, cujas extrações/sorteios/eventos apenas irão ocorrer após a data do Balanço.

25. Rédito

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como se segue:

(euros)

		2021	2020
Vendas brutas dos jogos sociais			
Totobola		6.076.515	3.785.685
Totoloto		118.120.748	100.676.201
Euromilhões		605.009.280	566.598.591
Lotaria Clássica		43.960.555	46.083.167
Lotaria Popular		26.279.126	26.122.546
Lotaria Instantânea		1.515.176.385	1.440.242.894
Apostas Desportivas à Cota		502.052.394	507.176.977
Totosorteio		83.172.010	77.440.039
	Subtotal	**2.899.847.012**	**2.768.126.101**
Imposto do Selo		(124.873.811)	(119.198.324)
Prémios		(1.795.380.677)	(1.702.863.351)
Remunerações dos Mediadores pagas p/Apostadores		(218.527.541)	(209.622.430)
Deduções Legais sobre Receitas		(27.613.568)	(27.898.641)
Vendas líquidas dos jogos sociais		**733.451.415**	**708.543.354**
Outras vendas		26.379	16.644
	Total	**733.477.793**	**708.559.998**

Vendas brutas dos jogos sociais: rendimentos das vendas efetuadas nos pontos de venda e Portal Jogos Santa Casa, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/ concurso/evento (ver Nota 4.20 - Rédito);

Imposto do Selo: efeito da incidência da taxa de Imposto do Selo de 4,5% sobre os jogos sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O Imposto do Selo encontra-se incluído no preço da aposta (ver Nota 4.20 - Rédito);

Prémios: valor de prémios de jogos sociais reconhecidos durante o período (ver Nota 4.20 - Rédito);

Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores: valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 4.20 – Rédito;

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota: valor das deduções efetuadas, conforme determinado no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril. Para efeito destas deduções considera-se a receita das vendas dos Bilhetes de Apostas registados, cujo resultado das apostas já é conhecido.

O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita, nos seguintes termos:

- O montante correspondente a 2 % a atribuir à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta a repartir pelos clubes ou pelos praticantes, consoante o caso, e pela federação que organize o evento, incluindo as ligas se as houver.

A Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro, estabelece as condições de atribuição do montante correspondente a 3,5 % da receita apurada, nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 12.º do regime jurídico da exploração e prática das Apostas Desportivas à Cota de base territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Nestes termos, a distribuição pelas entidades beneficiárias do valor das Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota é a seguinte:

(euros)

	2021	2020
Deduções Legais sobre Receitas		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	10.041.295	10.144.961
Federação Portuguesa de Futebol	11.071.474	11.566.493
Federação Portuguesa de Ténis	788.781	537.752
Liga Portuguesa de Futebol Profissional	4.070.404	3.940.964
Federação Portuguesa de Basquetebol	880.780	922.301
Comité Olímpico de Portugal	45.966	-
Federação de Andebol de Portugal	141.592	146.593
Federação Portuguesa de Voleibol	45.792	52.239
Federação Portuguesa de Rugby	20.241	41.849
Federação Portuguesa de Patinagem	34.827	26.662
Federação de desportos de Inverno	467.576	507.265
A aguardar distribuição	4.840	11.561
Total	**27.613.568**	**27.898.641**

O montante "A aguardar distribuição", refere-se às modalidades para as quais não foram identificadas entidades que cumpram os requisitos de destinatários destas receitas. Inclui-se aqui a modalidade de Futebol Americano.

26. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2020 e 2021 é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Bilhetes de Lotaria Instantânea	8.887.379	8.234.110
Bilhetes de Apostas Mútuas	184.413	197.065
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota	136.673	144.204
Papel térmico	2.781.475	2.860.412
Consumíveis para jogo	337.021	287.687
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**12.326.961**	**11.723.478**

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2020 e 2021 é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Existências iniciais	6.083.618	4.913.107
Compras	14.534.158	13.363.755
Regularizações	(24.426)	(469.765)
Existências finais	8.266.389	6.083.618
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	**12.326.961**	**11.723.478**

27. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Comunicações e transmissão de dados	3.165.210	3.275.225
Conservação e reparação	9.194.468	7.750.810
Publicidade, patrocínios e comunicação institucional	26.120.996	23.810.505
Transporte de bens e valores	2.510.275	2.726.569
Rendas de edifícios	2.028.247	2.011.816
Trabalhos especializados	10.180.485	12.851.511
Licenças de software	4.855.982	4.039.990
Outros	3.624.737	3.794.010
Total de Fornecimentos e serviços externos	**61.680.399**	**60.260.436**

O Departamento de Jogos goza de isenção de IVA, dada a atividade que prossegue. Decorrente desta situação, o IVA não é dedutível, pelo que se repercute diretamente nos fornecimentos e serviços externos.

28. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2020 e 2021, foram como se segue:

(euros)

		2021	2020
Remunerações			
Órgãos sociais e Júris dos concursos, extrações e reclamações		236.632	241.073
Pessoal		16.136.153	15.888.435
	Subtotal	**16.372.785**	**16.129.508**
Encargos sociais			
Benefícios de reforma		(524.951)	627.278
Encargos sobre remunerações		3.769.344	3.713.685
Gastos de ação social		49.158	63.567
Outros		90.621	101.471
	Subtotal	**3.384.172**	**4.506.001**
Total de Gastos com o pessoal		**19.756.957**	**20.635.509**

Nos períodos em análise, destacam-se:

- o número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2021 era de 317 (2020: 314);

- os gastos com pessoal, associados à imputação pelos serviços instrumentais, que em 2021, ascendem a 8.806.261 euros (2020: 8.678.380 euros).

29. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é apresentada como se segue:

(euros)

	2021	2020
Prémios caducados	8.413.750	9.537.663
Correções relativas a períodos anteriores	312.220	154.948
Regularização dos gastos financiados pelo FREM	11.295.780	15.230.334
Outros	666.292	437.330
Total de Outros rendimentos	**20.688.042**	**25.360.275**

Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias no qual estes prémios podem ser reclamados.

Regularizações dos gastos financiados pelo FREM: depreciações e amortizações de investimentos e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo.

30. Outros gastos

A rubrica de outros gastos é apresentada como se segue:

(euros)

	2021	2020
Despesas bancárias	1.680.914	1.505.874
Quebras	23.452	485.377
Quotizações	124.034	119.213
Correções relativas a períodos anteriores	229.530	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21.407	72.692
Outros	31.531	90.302
Total de Outros gastos	**2.110.868**	**2.273.457**

31. Juros e rendimentos similares obtidos

O detalhe dos juros e rendimentos similares do período em análise é como se segue:

(euros)

	2021	2020
Juros obtidos (depósitos à ordem)	-	86
Juros obtidos (depósitos a prazo)	19.046	62.338
Outros juros e rendimentos similares	1.648.620	-
Total de Juros e rendimentos similares	**1.667.665**	**62.424**

O aumento destes rendimentos deriva das reversões da atualização dos prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life*, acrescido do impacto da revisão em alta dos pressupostos de cálculo dessa atualização.

32. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares nos períodos de 2020 e 2021, foram como se segue

(euros)

	2021	2020
Juros e gastos similares	-	481.908
Outros juros	-	276.721
Total	**-**	**758.629**

Estes gastos em 2020 correspondem a reversões da atualização dos prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life*, acrescido do impacto da revisão em baixa dos pressupostos de cálculo dessa atualização.

33. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional de viaturas em vigor à data de 31 de dezembro de 2021:

(euros)

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Viaturas	182.019	165.488		347.506
	182.019	**165.488**	**-**	**347.506**

34. Matérias ambientais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de caráter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2021 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

35. Partes relacionadas

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que atua sob a Tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

35.1 Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos, das extrações e das reclamações e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 236.632 euros.

(euros)

	2021	2020
Vencimentos	59.344	69.445
Remunerações dos Júris dos concursos, extrações e reclamações	177.288	171.628
Total	**236.632**	**241.073**

35.2 Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidade Contabilística (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

SLE – *Services aux Loteries en Europe*

NLCS - *National Lotteries Common Services*

(b) Saldos devedores e credores

No final dos períodos de 2020 e 2021, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

(euros)

	2021		2020	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Outras contas a pagar / receber - resumo por natureza				
Santa Casa				
Referentes a remunerações		932.920	-	49.025
Referentes à aquisição de bens e serviços		329.108	-	818.138
Referentes a Impostos		357.104	-	461.204
	-	**1.619.132**	-	**1.328.367**
Fornecedores - resumo por natureza				
SLE				
Referentes à aquisição de bens e serviços		155.340		303.231
NLCS				
Referentes à aquisição de bens e serviços		786.807		2.282.301
	-	**942.146**	-	**2.585.532**
Distribuição de Resultados e de Deduções legais sobre receitas				
Santa Casa	-	36.699.171	-	34.982.512
	-	**36.699.171**	-	**34.982.512**
TOTAL	-	**39.260.450**	-	**38.896.411**

O Diretor Financeiro do DJSCML,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

O Provedor,

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)